

NÓ PINTCHA

ORGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3723

BISSAU

CONSOLIDAR O PROCESSO

Na História de qualquer país subdesenvolvido, pobre, em luta para fugir das amarras dessa situação, todos os anos são importantes. Todos eles têm o seu balanço característico.

Para além dessa característica comum, o ano 81 ficará na história da Guiné-Bissau como um dos mais importantes na vida política-social.

Se 80 foi caracterizado como o ano de agudização das contradições sociais e partidárias que viriam a desembocar no 14 de Novembro, este ano que está a findar foi o da consolidação do processo político-social como um todo.

Na vida partidária as mutações foram importantes. O Partido passou por bons e maus momentos. Amputado em 20 de Janeiro com o cisma caboverdiano, o PAIGC viria a ser consagrado e restituído a toda a sua grandeza no I Congresso Extraordinário de 8 a 14 de Novembro. Uma tarefa difícil, essa de impedir o Partido de cair no vácuo para onde o estava a conduzir a direcção anterior.

No plano estatal, a marca de 81 reside no esforço sem conta para colmatar os erros e desvios duma direcção autocrática. Realizaram-se progressos visíveis. O Governo reuniu-se pela primeira vez dum instrumento que lhe permitiu orientar o seu trabalho e coordenar as suas tarefas. A repressão cega e violenta foi completamente banida, dando lugar a um clima de paz e confiança nos cidadãos...

Podemos dizer que no plano interno, 81 foi o ano do colectivo. Todas as tarefas foram executadas num clima de entreaajuda. Erigiu-se o trabalho colectivo como norma.

(Continua na página 12)

CUMPRIMENTOS DO ANO NOVO

SECRETÁRIO-GERAL RECEBE DIRIGENTES E DIPLOMATAS

O camarada Secretário-Geral do Partido e Presidente do C.R., João Bernardo Vieira, recebe hoje à tarde, os cumprimentos do Ano Novo, dos membros do Bureau Político e do Comité Central do PAIGC, do Governo e do Corpo Diplomático acreditado no país.

Nesta habitual cerimónia, o camarada Presidente deverá pronunciar um discurso. Em nome dos diplomatas falará o Embaixador da RDP da Coreia, Sim Jae Du.



REUNIÃO DO BUREAU POLÍTICO

O Bureau Político do Comité Central do PAIGC reuniu-se no passado dia 28, no Secretariado do Partido, em Bissau, para a discussão de problemas da vida do Partido e do Estado, particularmente dos que exigem solução imediata.

Nesta sua primeira reunião, presida pelo seu Secretário-Geral e Presidente do Conselho da Revolução, camarada João Bernardo Vieira, o Bureau Político abordou particularmente problemas de organização e de actividades dos seus membros, bem como do Comité Central e outras instâncias do Partido.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DAS SEYCHELLES

O camarada Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, João Bernardo Vieira, recebeu, no passado dia 28 de Dezembro, uma mensagem de agradecimentos que lhe foi endereçada pelo seu homólogo da República das Seychelles, François Albert René.

Na mensagem, o chefe de Estado das Seychelles exprimiu os seus sinceros agradecimentos, em nome do Povo e do Governo do seu país, pelo testemunho de solidariedade que lhe fora manifestado pelo camarada João Bernardo Vieira, por ocasião do malogrado ataque perpetrado pelos mercenários sul-africanos contra a República das Seychelles, em Novembro último.

"NP" — EDIÇÃO DE FIM DE ANO

- ENTRE A ESPERANÇA E O DESESPERO
- 1981 — RENASCIMENTO DO PAIGC
- SALVAGUARDAR A INDEPENDÊNCIA
- AGRICULTURA — PEDRA ANGULAR
- MOVIMENTO SINDICAL NO PAÍS
- COMÉRCIO — FACTOR FUNDAMENTAL

===== ESTE NÚMERO CONTÉM 12 PÁGINAS



Dos Leitores

Um alerta às mães

Tem sido frequente nos últimos tempos a utilização das colunas do jornal para levantar questões que, de uma ou de outra forma, afectam a vida do cidadão comum, embora na sua maioria para criticar erros que comprometem seriamente o processo em curso.

A questão que hoje coloco é também — infelizmente — para criticar um caso ocorrido no Hospital «Simão Mendes». Pois, há dias, a minha mulher foi levantar medicamentos para a criança — de tenra idade — à Enfermaria daquele hospital e deram-lhe dois frascos, desses de penicilina, com gotas nasais. Só que um deles, em vez de soro fisiológico continha... cloreto.

A descoberta só foi possível dias depois, mais precisamente na segunda-feira de madrugada, quando tivemos que levar a criança ao banco de socorros porque, entretanto, o conteúdo do primeiro frasco tinha-se esgotado e a mãe resolveu utilizar o segundo. O líquido começou a fazer efeitos na miúda, com menos de um mês de idade, com dificuldades de respiração e começando a espumar abundantemente pela boca. A princípio, pensando tratar-se de asfixia, devido talvez ao uso excessivo do líquido, tentámos reanimá-la, conseguindo que ela retomasse a respiração mais compassada, embora continuasse a salivar abundantemente.

A mãe, por acaso, experimentou o líquido e certificou-se que era diferente do do frasco anterior, pois tinha um sabor amargo e ácido. Perante a dúvida entre dar ao bebé algo purgativo que lhe provocasse o vômito ou levá-la de imediato ao hospital, tivemos que optar pela segunda hipótese, tanto mais que só tínhamos em casa azeite oliveira, que poderia representar outro perigo para o organismo já de si fraco da criança. Desta vez, porém, não nos valeu o recurso à «boleia» da polícia que costuma circular na nossa rua, por alturas do Congresso Extraordinário, quando os camaradas polícias se encontravam espalhados pelos bairros da capital e muito contribuíram para a ordem social constatada durante esse espaço de tempo.

Durante o percurso para o hospital, e já sem esperanças de conseguir um taxi, pois passava das três horas da manhã, ainda tentámos passar pela Polícia Móvel, junto ao Mercado de Bandim, mas sem resultado, porque ali não havia nem carro e muito menos telefone. Este último, segundo conseguimos apurar, foi arrancado por um deficiente mental que «assaltou» a esquadra, embora haja quem dissesse que antes disso já não funcionava havia tempos. Perante o facto, dei comigo a pensar que não é de admirar que o número de roubos e outros delitos tivessem aumentado nos últimos tempos, uma vez que os agentes estão impossibilitados de agir rapidamente, pois não dispõem nem de telefone.

No hospital, depois de a minha filha ter sido observada pelo médico de serviço, que confirmou tratar-se de cloreto, e de lhe terem sido receitados umas gotas nasais e xarope anti-tússico — desta vez para comprar nas farmácias privadas — foi mais uma caminhada que só terminaria cerca das cinco horas. Um «simpático» condutor de camiã, cuja matrícula não consegui identificar, nem sequer teve a gentileza de parar ao sinal, para ao menos saber de que se tratava, embora o facto de nos encontrarmos à esquina do hospital ser mais que sugestivo.

Mas, a intenção desta carta é a de alertar não só as autoridades responsáveis, particularmente a direcção dos hospitais para casos do género, mas também as próprias mães, para o cuidado que devem ter na administração de medicamentos às crianças, não podendo — e lamentavelmente — confiar totalmente na eficácia dos empregados das farmácias.

BELCHIOR FERNANDES

OPEP concede um milhão de dólares

O camarada Carlos Correia, do BP do CC do Partido e ministro das Finanças, regressou recentemente de Viena, capital da Áustria, onde assinou um acordo com o Fundo Especial da Organização dos Países Exportadores do Petróleo-OPEP, no valor de um milhão de dólares. Esta soma destina-se ao pagamento das nossas quotas no Fundo dos países membros da OPEP.

O camarada Carlos Correia declarou à

RDN que, durante a sua estadia em Viena, manteve conversações com o Director-Geral do Fundo Especial sobre as questões relacionadas com os nossos projectos parcialmente financiados pelo referido Fundo, ligados aos domínios de saúde, educação e obras públicas.

Durante as conversações ficou assente que o Fundo Especial da OPEP irá conceder ao nosso país mais uma verba no

valor de um milhão e 500 mil dólares, no ano de 1982. Esta quantia será investida nos projectos em execução no país mediante a opção do nosso Governo, segundo afirmou o camarada ministro das Finanças, e dentro do plano das prioridades estabelecidas na estratégia do desenvolvimento da Guiné-Bissau. O camarada Carlos Correia adiantou, entretanto, que esta verba poderá ser um

componente parcial da execução dos projectos do alargamento da pista do Aeroporto Internacional de Bissalanca e do novo porto de Bissau, que são financiados pelo Fundo do Kuwait.

Na sua passagem por Budapest, capital da Hungria, o camarada Carlos Correia teve contactos com uma delegação do Partido Operário Húngaro. No encontro abordaram-se questões partidárias.

Apoio da PANA e UNESCO no domínio da Comunicação Social

A Agência Pan-Africana de Informação irá colaborar com a Guiné-Bissau na formação de quadros nacionais no domínio da comunicação social através de seminários e estágios no país, visto que o maior investimento que se deve fazer é neste domínio, como condição indispensável para assegurar o desenvolvimento dos países africanos. Estas declarações foram feitas pelo Director-Geral da PANA, Cheique Ousmane Diallo, que conduziu uma missão conjunta PANA/UNESCO ao nosso país.

Durante a sua estadia em Bissau, a delegação visitante apresentou cumprimentos ao Camarada João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, tendo efectuado reuniões de trabalho com os Ministros de Educação e Cultura e da Educação Nacional, este, na qualidade de membro do Conselho Executivo da Unesco. Entre os diversos assuntos discutidos, o Director-Geral da PANA consultou os nossos dirigentes sobre o projecto de criação de uma Escola-Inter-Estados de Jornalismo para os países africanos de expressão oficial portuguesa, cuja sede será em Moçambique. Ultrapassadas as fases preliminares, conta-se inaugurar a escola em 1983. O camarada Filinto Barros, Ministro da Informação e Cultura,

anunciou que a Guiné-Bissau o 16.º país a assinar, no próximo ano, a Convenção do PANA, atingindo-se assim o «quorum» necessário para o arranque da Agência. Outros projectos em curso foram analisados com o representante da UNESCO, sobretudo no domínio da Rádio Rural, para a qual se prevê a vinda de um consultor da Unesco no domínio da informação.

O sr. Cheique Diallo, antes de deixar o país na quarta-feira com destino à República de Cabo Verde, prestou declarações à imprensa, tendo feito, entre outras

questões, referência à problemática mundial da informação, acerca da qual fez um apelo para a necessidade de se assegurar a descolonização em matéria de informação com a redução ao máximo da nossa dependência nesse domínio em relação às grandes agências.

A delegação, que integra os senhores Herve Bourges e Roland Schreyer, respectivamente porta-voz do Director-Geral da UNESCO e conselheiro para a Comunicação Social, esteve anteriormente em Maputo e Luanda, com a mesma missão.

Exposição em Bissau

Por iniciativa da sra. Nancy Voss, esposa do embaixador norte-americano no nosso país, foi realizada uma exposição de pintura de «Cenas e Artes» com quadros de Domingos Luísa, pintor guineense, no sábado passado, na residência daquele diplomata.

O jovem pintor de 20 anos, Domingos Luísa começou a desenhar desde pequeno e a esperança de se tornar um dia um grande artista nunca o abandonou. Apesar das grandes dificuldades em encontrar material, não desesprou e, com grande força de vontade e amor ao trabalho, realizou pelo menos 4 exposições. Mas, a exposição que realmente lhe trou-

xe sucesso foi esta última, de 19 de Dezembro. Explicou-nos o pintor: «Foi a exposição de que mais gostei pois consegui representar os desenhos com melhor aspecto devido ao bom material utilizado, desde o lápis ao acetato, e consegui vender uns 30 quadros dos 70 que foram expostos».

«Sinto-me bastante realizado. Não há dúvida que foi um grande apoio da embaixatriz americana. Aliás, os planos para o futuro são bons, continuarei a fazer mais quadros e provavelmente ainda irei ao Brasil para uma exposição a convite do embaixador brasileiro». — acrescentou Domingos Luísa.

Receita do Estado

Incorrerão em procedimento disciplinar e criminal, ao mesmo tempo, os exatores (funcionários que arrecadam impostos) que não entregarem até ao dia 31 de Dezembro, na Repartição das Finanças de Bissau, os produtos das receitas do Orçamento Geral do Estado — determina-se numa nota da Repartição de Finanças da Área Fiscal de Bissau, recebida na nossa Redacção. Esta medida tem por objectivo permitir que toda a receita arrecadada seja contabilizada dentro deste mesmo ano.

Essa obrigatoriedade é imposta, pelas disposições legais reguladoras da entrega de receitas cobradas nos diferentes departamentos do Estado e serviços autónomos, aos exatores que as arrecadem com afectação especial ao Orçamento Geral do Estado.

O Secretariado da Repartição de Finanças de Bissau esclarece ainda, na sua nota, que a falta de cumprimento do preceituado é considerada retenção ilegal de dinheiros públicos, implicando para os seus responsáveis a perda de vencimentos pelo período correspondente ao atraso verificado.

Mensagem de Ministro da Defesa da RDA

O Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da RDA no país, Manfred Seisrath foi portador, na passada terça-feira, de uma

mensagem de Henri Ofman para o seu homólogo guineense, Paulo Correia, do Bureau Político, Ministro das Forças Armadas Revolu-

nárias do Povo e membro do Conselho da Revolução.

A referida mensagem, de acordo com uma fonte autorizada do Minis-

tério das Forças Armadas, incide sobre o reforço da relações existentes entre as Forças Armadas de ambos os países.

Salvaguardar a independência em cada projecto que aprovamos

«O povo luta e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas para obter vantagens materiais para poder viver em paz e melhor, para ver a sua vida progredir e para garantir o futuro dos seus filhos. Libertação nacional, luta contra o colonialismo, construção da paz e do progresso, independência — tudo isso são coisas vazias e sem significado para o povo se não se traduzem por uma real melhoria das condições de vida. De nada serve libertar uma região, se o povo dessa região fica sem ter os artigos de primeira necessidade para a sua vida».

(Amílcar Cabral in Palavras de Ordem Gerais)

Esta frase evidencia os objectivos que nortearam os ideais de libertação em que o P.A. I.G.C. soube, de uma forma clara, definir qual o significado de Independência Nacional e, conseqüentemente, a

novas para a melhoria da vida do nosso povo.

Foi deste modo que se assistiu ao nascimento de primeiras infra-estruturas, onde os Armazéns do Povo viriam a ocupar um lugar importante no abastecimento

sobre alguns aspectos que, durante o lançamento das estruturas nas ex-regiões libertadas, funcionaram e deram garantias dos objectivos que presidiram à sua criação. Os Armazéns do Povo são para o efeito um motivo de indagação. A escassez dos produtos de primeira necessidade, que teve efeitos negativos na criação de estímulos materiais para a esmagadora maioria da nossa população, está ligada, aos objectivos demagógicos que caracterizaram a política de importação de bens de consumo. Por outro lado, a existência de artigos de luxo em

em que o povo seja dono do seu destino, viva livre e feliz.

Para tal, devemos procurar o nosso próprio caminho numa série de campos de actividade, devemos ser capazes de mobilizar todas as camadas sociais, ocupar cada metro quadrado de terreno cultivável, exigir o máximo de cada quadro, integrar todo o país num vasto esforço de reconstrução nacional.

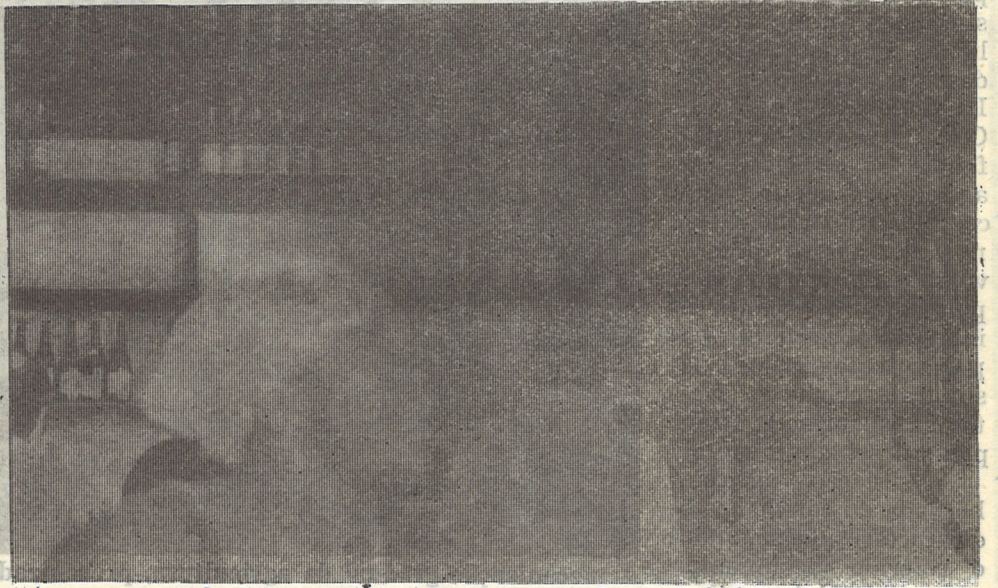
O mesmo documento recomendava a necessidade de transformar as nossas fraquezas em forças, aproveitar a fundo a mobilização política e a racionalidade adminis-

grandes linhas mestras da opção do desenvolvimento, durante estes anos de independência, muita coisa foi feita, não obstante provocar distorções à linha traçada pelo Partido.

De acordo com as orientações do III Congresso, cabe à indústria, no quadro da nossa estratégia de desenvolvimento e nesta fase, um papel complementar do desenvolvimento da agricultura, sobretudo no domínio da indústria de transformação. Isso significa, em termos de prioridade, que a agricultura ocupa um lugar de destaque, aliás como várias vezes foi frisado.

bém a fábrica de plásticos, cujo funcionamento, até agora, passa despercebido no contexto do rendimento nacional, sem mencionar alguns de rentabilidade duvidosa.

O nosso país é um dos que, no mundo, recebe maior ajuda per capita. Esta situação, particularmente favorável, é excepcional. A sua má utilização ou a sua utilização em projectos de prestígio, não adequados à necessidade da população trabalhadora, pode comprometer a sua continuidade. Para além do facto, e é necessário frisá-lo, de que a ajuda externa pode constituir



Os Armazéns do Povo são uma das infra-estruturas que durante a Luta Armada deram provas dos objectivos para que foram criados

construção de uma sociedade nova na nossa martirizada terra.

Transformar o velho e caduco exige antes de mais uma vontade política e uma firme determinação. A experiência do passado foi rica. Pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento para a Guiné-Bissau teve a sua espinha nas ex-zonas libertadas que foram e deveriam continuar a constituir um exemplo e fonte de inspiração. Com efeito, durante a Luta Armada de Libertação Nacional, o PAIGC criou condições

das populações, através de brigadas de venda de produtos de primeira necessidade.

Com a libertação total, ao Governo emergente da dura escola que foi a luta deparou-se uma situação muito mais complexa, e que exigia da nossa parte uma capacidade crítica para modificar a dramática herança colonial.

É verdade que proceder à rectificação das estruturas coloniais exige grandes sacrifícios e uma certa estabilidade económica e financeira. Mas impõe-se reflectir

excesso rotulava concepções que faziam perigar e punham em causa a natureza democrática da nossa política e económica.

DEFENDER A INDEPENDÊNCIA EM CADA PROJECTO

Como se afirmava no «Elementos para a definição de uma estratégia de desenvolvimento», publicado em 1977, a Guiné-Bissau é um país pequeno e com menos de um milhão de habitantes. Isto não impede, de modo algum, que nele se edifique uma sociedade não capitalista,

tratativa que a dimensão do país possibilita, para coordenar efectivamente o desenvolvimento económico e social, através da integração de iniciativas dos diversos sectores.

Ora isso possibilitaria não só evitar a dependência na utilização das contribuições científicas e tecnológicas de grandes potências, como o risco de nos deixarmos desviar de um caminho próprio. A nossa independência deve ser salvaguardada em cada projecto que aprovamos.

Em termos de assiduidade na aplicação das

Mas quando confrontamos as duas realidades distintas: «o país real» e o país a que nos propomos construir deparámo-nos a dura verdade de que, de facto, durante os sete anos de independência total, os objectivos proclamados foram simplesmente reduzidos a letra morta.

A agricultura fora relegado para o segundo plano e assistiu-se à implantação de unidades industriais demasiadamente desfazadas da nossa realidade. São exemplos disso o complexo de Cumeré e tam-

uma faca de dois gumes.

Com efeito, o 14 de Novembro conseguiu uma importante vitória: o poderemos fazer uma retrospectiva crítica sobre o que se tem feito até agora para a construção de uma economia independente. Os anos que se seguem serão decisivos. Deve-se começar a pensar na reconversão dos valores criados com a construção de projectos desligados da realidade. Urge sobretudo organizar as bases internas da economia e da sociedade que queremos construir.

Escola de Direito

Sete professores cooperantes portugueses devem chegar a Bissau nos próximos meses de Janeiro e Fevereiro para leccionarem disciplinas do segundo e terceiro anos da Escola Nacional de Direito. A contratação destes professores foi efectuada pelo camarada Nicandro Barreto, Conservador do Registo Civil do país, na sua recente missão junto dos círculos univer-

sitários de Lisboa e Coimbra.

Por outro lado, o camarada Nicandro Barreto, membro do Comité Central do PAIGC, efectuou outra missão à República Popular de Angola, onde representou o Partido na primeira Conferência Internacional Afro-Árabe de solidariedade com os povos em luta, que decorreu em Luanda de 6 a 9 de Dezembro.

Ligação marítima comercial entre Guiné-Bissau e Senegal

A Guiné-Bissau e o Senegal vão estabelecer uma ligação no domínio dos transportes marítimos para o desenvolvimento da cooperação comercial entre os dois países, com a recente assinatura de um acordo de agenciamento, a entrar em

vigor durante todo o mês de Janeiro. A viabilização desta ligação marítima entre Bissau e Dakar foi concretizada pelo camarada Marcos Tomás Lopes, director-geral da Guiné-Mar (companhia nacional de navegação marítima) na sua visita de

trabalho concluída esta semana a Dakar, a convite do seu homólogo senegalês, sr. Guey, director-geral da ANCO.

O presente acordo surge na sequência da visita a Bissau, no passado mês de Outubro, de uma missão

senegalesa de informação e prospecção comercial, cujo resultado, após contactos com entidades governamentais guineenses, preconizava, entre outras perspectivas, o reforço da colaboração em navegação marítima entre os dois países.

«Embora o desenvolvimento de qualquer país se traduz pela redução progressiva do sector agrícola face aos restantes sectores da economia, o progresso da agricultura é condição «sine qua non» para que esse desenvolvimento se produza, pois a sua estagnação constitui um importante factor de estrangulamento das vias que conduzem ao progresso». Esta passagem do documento intitulado «Linhas Mestras do Desenvolvimento Agrícola», apresentado pelo Ministro do Desenvolvimento Rural, camarada Avito José da Silva, constitui uma reafirmação da importância que o Governo atribui ao sector agrícola, uma das pedras angulares do desenvolvimento do país.

O titular da pasta do DR discursava na sessão que assinalou em Bissau o Dia Mundial da Alimentação, comemorado a 16 de Outubro findo, por iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e em colaboração com o Programa Alimentar Mundial (PAM). As «Linhas Mestras do Desenvolvimento Agrícola» constituem, pois, o primeiro passo para a definição da política agrícola do país, na qual se atribui particular importância ao sector primário. A estratégia do desenvolvimento ora preconizada é por assim dizer, o retomar das linhas mestras adoptadas nas resoluções do III Congresso do P.A.I. G.C.. O documento defende a prioridade à agricultura, tendo como complemento a indústria, num verdadeiro desenvolvimento harmonioso, por forma a permitir a integração vertical da produção agrária e da sua transformação, factor indispensável a um pleno desenvolvimento.

A situação agrícola herdada do colonialismo é caracterizada, segundo o referido documento, por uma total dependência e empobrecimento constante do agricultor, e em que, além de outros factores, os preços dos produtos agrícolas eram invariáveis, en-

quanto os produtos manufacturados subiam vertiginosamente, bem como os impostos. Aliada a esta situação não existia qualquer infra-estrutura que pudesse permitir o seu desenvolvimento em bases sólidas e científicas, e a sua passagem da fase tradicional a uma agricultura desenvolvida.



A mecanização gradual da agricultura, preconizada pelo Governo, contribuirá não só para a expansão das culturas como também para a sua rentabilização.

Após a independência,

rações se podem constatar no sector, o que é justificado não só pela falta de chuvas, que tem afectado o país, como

os primeiros passos foram dados no sentido de apoiar a agricultura em todos os domínios, particularmente no dos meios de produção, e especialmente na melhoria e produção de sementes. Entretanto, poucas alte-



A mecanização gradual da agricultura, preconizada pelo Governo, contribuirá não só para a expansão das culturas como também para a sua rentabilização.

rações se podem constatar no sector, o que é justificado não só pela falta de chuvas, que tem afectado o país, como

Agricultura

Pedra angular do desenvolvimento

também pelo fraco investimento aplicado e ainda pela fraca capacidade de intervenção do Estado, através do departamento respectivo. É assim que a produção

toneladas, em 1953, altura em que o país chegou mesmo a exportar o cereal. Em 1976 o nível baixava para 85 mil toneladas, e no período de 1977/80 era avaliado em



A mecanização gradual da agricultura, preconizada pelo Governo, contribuirá não só para a expansão das culturas como também para a sua rentabilização.

Assim, os objectivos gerais fixados visando a autosuficiência alimentar e o equilíbrio nutri-

cional, o abastecimento de matérias-primas às indústrias, a criação de excedentes comercializáveis para exportação e o crescimento do produto interno agrícola terão que abarcar as três dimensões onde realmente se desenvolve a produção: a produção primária, a distribuição e a transformação tecnológica dos produtos. Por outro lado, a nova estratégia assentará na mobilização das camadas sociais para o aproveitamento integral da superfície cultivável, pois apenas cerca de 8,3 por cento do território foi cultivado no ano agrícola 1977/78, quando se estima em 30 por cento a área susceptível de ser cultivada sem grandes limitações. No entanto, a concretização desses objectivos passa necessariamente pela cooperação da nossa agricultura, como forma de mobilizar os camponeses para o aumento da produção, através de medidas práticas e locais, como a criação de cooperativas estatais, que servirão de estímulo aos agricultores individuais e poderão contribuir para a segurança alimentar e da produção pecuária, ao mesmo tempo que garantirão matéria-prima a indústria.

Apoio directo ao camponês

O desenvolvimento económico de qualquer país passa necessariamente pela exploração das suas potencialidades, quer naturais, quer humanas. Na Guiné-Bissau, de carácter essencialmente agrícola, com quase 90 por cento da população vivendo exclusivamente do trabalho do campo, o sector rural constitui, portanto, a principal prioridade do Governo na política do desenvolvimento traçada. Política essa preconizada pelas decisões do III Congresso do PAIGC, mas que desvios de vária ordem levado a cabo pelo regime deposto relegou sempre para plano secundário, dando prioridade ao sector industrial, condenado desde o início ao fracasso, devido à ausência de uma complementaridade indispensável com o sector agrícola e, portanto, a sua desvinculação com a realidade nacional.

Tal facto é facilmente constatado no fracasso de unidades industriais montadas no país após a independência, cuja rentabilidade foi sempre posta em causa. É o caso do Complexo Agro Industrial de Cumeré, cuja laboração implica um grande investimento no sector da produção, de forma a garantir a matéria prima indispensável, ou ainda da fábrica de sumos e compotas «Titina Silá» de Bolama, que não conseguiu atingir a sua capacidade laboral devido à falta de frutas para citar apenas os mais flagrantes.

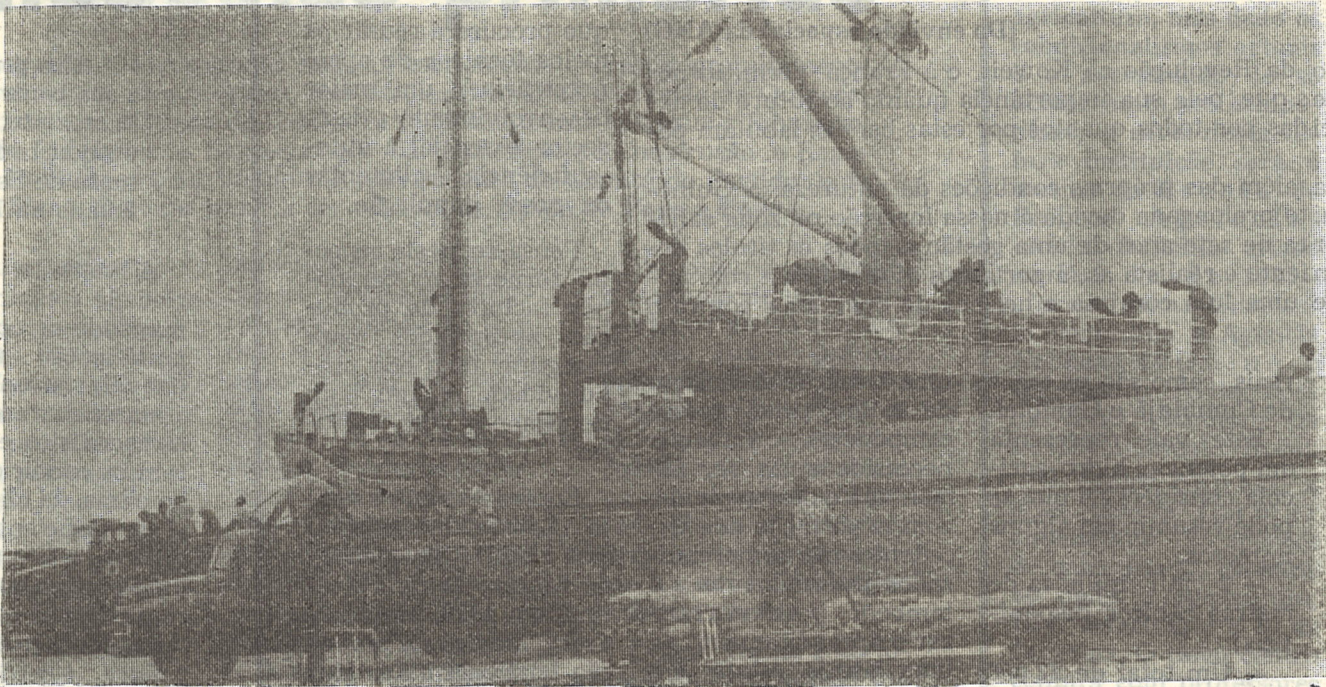
O actual Governo parece, entretanto, apostado em dar real prioridade à agricultura, apoiando de forma segura e multiforme o camponês no processo de produção. Tal preocupação ressalta das medidas preconizadas pelo Governo no apoio ao camponês, com a concessão de créditos agrícolas, não no modelo ocidental em vigor assente nos organismos bancários, mas na base da confiança, por forma a permitir o seu usufruto por parte do camponês pobre e a possibilitar o seu reembolso em bases a estabelecer pelo Governo.

Por outro lado, o apoio e incentivo à iniciativa privada e o estímulo às cooperativas de produção e ainda à propriedade do tipo familiar, característica das nossas populações camponesas, constituem igualmente a pedra angular da nova política governamental. Embora o Governo apoie igualmente o incentivo do capital privado no sector da produção, a principal atenção recai, no entanto, sobre a massa camponesa, força motora do processo de desenvolvimento em curso. No entanto, consciente das dificuldades de comercialização dos produtos agrícolas e da estagnação do seu custo desde há dois anos, o Governo decidiu a fixação de novos preços para a comercialização dos produtos agrícolas

a praticar na campanha em curso, ao mesmo tempo que se esforça no sentido de garantir o fornecimento às lojas e armazéns, sobretudo das fronteiras, em mercadorias indispensáveis à população camponesa.

Por conseguinte, a medida ora decretada terá o seu reflexo não só na comercialização dos produtos agrícolas como também na contenção da fuga de mercadorias para os países vizinhos, o que pesa grandemente na nossa balança de pagamento, uma vez que reduz grandemente o volume da exportação e, portanto, a captação de divisas. A médio prazo, a medida poderá contribuir para o aumento da produção e da produtividade, pois com a subida dos preços dos produtos agrícolas e o abastecimento ao comércio dos já tradicionais produtos considerados indispensáveis à campanha, o Governo dá um passo significativo no sentido de se romper com o círculo vicioso que se verificava no país nos últimos anos e que se traduzia na falta de produção devido à escassez de mercadorias nos armazéns e ainda na falta destes últimos, justificada pela inexistência de excedentes de produção que permitissem exportar e adquirir os produtos indispensáveis às populações.

O Comércio como factor fundamental



Incentivar a produção interna de bens que permitam a substituição de importações com especial incidência no sector primário

Se é certo que agricultura e a indústria devem andar de mãos dadas, de forma a permitir a transformação dos produtos agrícolas e a torná-los comercializáveis, não é menos certo que sem uma rede bem montada de comércio todo o processo pode ser comprometido, correndo o risco de redundar num autêntico fracasso. O facto tem a sua lógica, porque o desenvolvimento do sector agrícola depende, em grande parte, do estabelecimento de um sistema eficiente e seguro de transporte e comercialização.

Foi nesta ordem de ideias que, ao determinar a prioridade ao sector agrícola, o Governo insistiu que a agricultura deve articular-se com a indústria e o sector dos serviços, em es-

pecial o comércio, por forma a beneficiar sobretudo a população camponesa, quebrar o ciclo vicioso de auto-subsistência e criar meios de financiamento do mercado interno. O

próprio Presidente do Conselho da Revolução, camarada João Bernardo Vieira, no discurso proferido aquando das comemorações do 19 de Setembro, data aniversário do Partido-P.A.I. G.C., chamou atenção para o papel fundamental do comércio, como uma das peças fundamentais do sistema económico.

Entretanto, essa linha de orientação seria con-

substanciada no Programa do Governo Provisório, que recomenda o maior incentivo à produção interna de bens que permitam a substituição de importações com especial incidência no sector primário, através de medidas de política económica adequadas, nomeadamente garantia de preços, condições de crédito favoráveis e abastecimento em factores de produção e bens de consumo essenciais. Noutro capítulo, o Governo recomenda ainda a melhoria do funcionamento e a reestruturação da rede comercial e de distribuição, de forma a garan-

tir o regular e equilibrado abastecimento das populações rurais e regiões assim como um eficaz escoamento das produções.

Efectivamente, como defende o titular da pasta do Desenvolvimento Rural em «Linhas Mestras do Desenvolvimento Agrícola», houve no mundo uma mudança de atitude face ao conjunto de relações que os homens mantêm entre si para tudo o que se relaciona com a satisfação das suas necessidades, que é o comércio, pela sua importante função no processo do desenvolvimento, o que levou a FAO a concluir na sua primeira conferência, em 1945, que «a comercialização é o ponto crucial de todo o problema da agricultura e da alimentação». «Seria inútil aumentar a produção de alimentos — considerou a FAO — seria igualmente fútil estabelecer padrões óptimos de nutrição, a menos que se pudessem encontrar meios para levar os alimentos do produtor ao consumidor a um preço que representasse uma razoável remuneração ao produtor e que estivesse dentro da capacidade aquisitiva do consumidor». Este aspecto, na opi-

nião do ministro, tem sido descurado e é a causa de muitos insucessos dos programas de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento, pois, não se deve esquecer que na agricultura chamada tradicional os meios de transporte ao alcance da população são tão dispendiosos que os produtos perdem a maior parte do seu valor de venda, mesmo que deslocados a curtas distâncias. Daí a necessidade de uma maior contribuição do Estado para o desenvolvimento dos circuitos comerciais, participando na promoção e melhoria de infra-estruturas económicas, no abastecimento das populações em factores de produção e bens de consumo popular e no escoamento da produção das comunidades rurais e, essencialmente, na comercialização primária. Daí também o apelo lançado no sentido de fazer do comércio um verdadeiro instrumento no processo do desenvolvimento, com a criação de um sistema eficaz de compra de produtos agrícolas aos camponeses, com venda simultânea de meios de produção e bens de consumo mais procurados.

Petróleo

Actividades concretas no próximo ano

Em fase muito avançada, os trabalhos de prospecção e pesquisa na nossa plataforma continental terão o seu início durante o ano de 1982, e o livro do petróleo (nomeadamente a sua Lei, o modelo de contrato e regime fiscal) estará pronto e será vendido, juntamente com os pacotes sísmicos, (amostras) às companhias interessadas até ao próximo dia 15 de Abril.

Esta informação foi dada ao «Nô Pintcha» pelo camarada Pio Correia, Director-Geral dos Recursos Naturais e responsável pela empresa Petrominas.

Os contactos com as companhias petrolíferas estão a cargo da petrominas uma instituição estatal criada a 1 de Março de 1977, cuja função é perspectivar e pesquisar toda a extensão do nosso território e águas sob a nossa jurisdição, para poder, dessa forma, valorizar todos e

quaisquer recursos minerais do nosso país.

A questão fronteiriça com os países vizinhos não pode e nem deve entrar o processo, muito embora a demora da resolução do diferendo afecte grandemente a nossa actividade. Mas acreditamos que, com as relações de boa vizinhança reforçada depois do histórico dia 14 de Novembro, se encontre uma solução para o problema.

Efectivamente, ao longo deste ano que ora finda, a Petrominas, em estreito trabalho com o Ministério dos Recursos Naturais, tem dedicado toda a atenção à zona marítima, já que existem muitas informações sobre essa zona do nosso território. Isso deve-se ao trabalho avançado no «Off Shore» (para lá da costa), efectuado pela «Esso» durante o período colonial.

De facto, o ano de 1981 foi de intensa acti-

vidade de consulta às companhias interessadas em fazer prospecção, e foi também um ano de experiências acumuladas nos trabalhos petrolíferos, de forma a permitir ao nosso Governo dotar-se dos meios conducentes a um trabalho sério nesse domínio. Segundo Pio Correia, os Recursos Naturais e a Petrominas envidaram durante este ano e continuarão a envidar no decorrer do ano que vem, todos os esforços no sentido de facultar às companhias interessadas todos os documentos que faltam.

Estes documentos estarão prontos, segundo a firma consultora — a ARL «Atlantic Resources», em Abril de 1982. Assim, o chamado «Livro do Petróleo» estará à venda às companhias petrolíferas conjuntamente com os pacotes sísmicos, conforme já referimos. Recorde-se que, no princípio do ano, a

empresa DIGICON fez levantamento sísmico no nosso país.

A prospecção e a pesquisa, segundo o interesse do nosso Estado, terão início ainda no decorrer do ano de 1982. Por isso, o nosso Governo, através da Petrominas e dos Recursos Naturais, está a esforçar-se para que toda a documentação esteja pronta quanto antes, a fim de proporcionar, por outro lado, a formulação e entrega de propostas por parte das companhias petrolíferas até ao dia 15 de Março de 1982. Portanto, tudo depende da maneira como se irão processar as coisas, da capacidade de negociação, e do interesse mesmo das partes numa cooperação séria. De qualquer maneira, Pio Correia, responsável pela empresa nacional Petrominas, com quem tivemos uma conversa de horas, asseverou-nos estar esperançado de que «na altura em que

formos fazer o balanço do trabalho do fim do ano de 1982, assistiremos ao início de actividades concretas de companhias (prospecção e pesquisa).

QUANTIDADE: APENAS PREVISÃO

Falou-se muito das perspectivas de existência de petróleo na Guiné-Bissau, e há outros sectores que foram ainda mais longe ao ponto de determinar a quantidade de reserva (500 mil, ou até milhões de barris por dia, como capacidade de produção). Mas o director de Petrominas acha que todo o número avançado ou susceptível de ser avançado neste momento não passa de especulação previsional, na medida em que muito embora possamos ter ideia (mesmo admitindo hipóteses a cem por cento da existência de petróleo no nosso território nacional) de quantidade de reserva, não se

pode precisar tal quantidade sem antes de trabalho de sondagem ou eventual descoberta e posterior avaliação com abertura de furos e delimitação de campos de descoberta, e geologia sísmica. Mesmo esses trabalhos não dão números, mas sim indicações sobre o grau e perspectivas de áreas. Também a duração rentável está em função da primeira fase.

Igualmente a duração rentável da exploração só será conhecida quando for determinado se a descoberta é comercializável. Além disso, a duração rentável é uma noção variável conforme a previsão das partes interessadas, conforme quem vai definir, ou o Governo, ou as companhias. Para o Governo, talvez um contrato com a duração de quinze ou vinte anos seja suficiente para permitir à com-

(Continua na página 9)

Viagem ao Koweit e à França: Os sectores onde nos interessa a cooperação

(Do enviado especial da ANG)

A viagem do camarada Presidente do Conselho da Revolução ao Koweit e à França permitiu-nos tomar conhecimento de um sem número de questões que, pela sua importância quanto ao futuro do desenvolvimento da nossa terra, merecem ser conhecidas por todos quantos por estas bandas labutam para a reconstrução da pátria guineense.

É do conhecimento de toda a gente que para além das próprias condições da natureza, a Guiné-Bissau tem atravessado, por causa de uma seca muito prolongada devido à nossa inserção na zona saheliana, uma grave crise económica, agravada por cerca de sete anos de uma gestão a todos os títulos desastrosa, que não soube aproveitar de forma conveniente e realista as importantes ajudas que a comunidade internacional concedeu ao nosso povo, saído de uma luta corajosa e heróica de onze anos contra o colonialismo português.

O Movimento Reajustador do 14 de Novembro veio pôr termo ao clima de desordem e de anarquia institucional que reinava em todo o País. A seguir, o I Congresso Extraordinário do PAIGC veio, por assim dizer, arrumar a casa. As suas resoluções são de uma importância transcendente para a situação que o país atravessa, dando, ou melhor conferindo a todas as instituições do país a necessidade premente de planearem as suas acções, com vista a evitarem-se os erros que no passado se praticavam, porque reinava uma grave tolerância face aos erros e a Guiné-Bissau não está efectivamente em condições de os praticar, dada a sua já conhecida debilidade económica.

Hoje, qualquer missão ao exterior, quer seja a nível partidário, quer seja a nível governamental, é convenientemente preparada, por forma a tirar-se o máximo proveito nos contactos a efectuar com vista ao incremento e reforço das relações de cooperação a todos os níveis.

Como se sabe, a Guiné-Bissau é um dos 31 países menos desenvolvidos, embora com alguns recursos capazes de num futuro breve modificar a actual situação, particularmente no que toca à agropecuária e às pescas, sem nos reportarmos à bauxite, fosfatos e, claro, ao petróleo, cujos estudos são por enquanto uma fonte de esperança.

Salientamos, no nosso primeiro artigo dedicado à visita Presidencial, que a Guiné-Bissau tem presente a grande importância do investimento directo estrangeiro para a consecução de certos objectivos. Concretamente, e perante as orientações constantes do Programa do Governo, salienta-se que as áreas onde seriam bem vindas as propostas de investimento directo estrangeiro seriam: Sector Agrário, Recursos mineiros, pescas e agro-industriais.

Como dissemos anteriormente, o actual Código de investimentos

deverá ser revisto, no sentido de se lhe dar maior clareza e de nele serem reflectidos os nossos condicionalismos de carácter económico, nomeadamente dando especial atenção ao capítulo que trata das garantias ao investimento estrangeiro no nosso país.

ÁREAS DE INVESTIMENTO: SECTOR AGRO-INDUSTRIAL

A construção do Complexo de Cumeré, cuja conclusão está prevista para o próximo ano, deverá permitir tratar a médio prazo toda a produção de amendoim do país.

O equipamento instalado tem uma capacidade de 70 mil toneladas por ano de amendoim em casca, o que exige uma produção nacional da ordem das 90 mil toneladas/ano.

Daí que o nosso Governo envide todo o seu esforço no sentido de obter financiamentos que lhe permitam implementar uma política de abastecimento que leve aos camponeses os bens e equipamentos essenciais à satisfação das suas necessidades quotidianas, o que pode fazer, de acordo com as previsões dos técnicos, com que a produção de amendoim em casca possa atingir o nível de 50 000 toneladas em 1985/86.

Contudo, saliente-se que, mesmo obtendo-se esta quantidade, ela ainda é inferior ao mínimo necessário de produção que permita tornar rentável o investimento realizado.

O nosso Governo acha que a alternativa a esta situação está na diversificação da produção, através da introdução na laboração de outros produtos oleaginosos, como por exemplo a semente de algodão, o girassol ou seja, passíveis de serem tratados com o equipamento instalado.

PERÍMETROS IRRIGÁVEIS

No vale do rio Geba existem perímetros com possibilidade de um aproveitamento intensivo em arroz e outros ce-

reais, como são os casos de Cumbidjã e Gambiel.

Este vale representa um potencial hidro-agrícola considerável que se pode resumir em alguns números:

— 2 mil milhões de metros cúbicos disponíveis;

— Um total de 22 000 hectares irrigáveis, dos quais 8 000 ha a montante de Bafatá;

— Perto de 200 mil habitantes repartidos pela bacia hidrográfica.

A mobilização deste potencial necessita de um certo número de estudos de base (hidrologia, pedologia, topografia, etc...) e a elaboração de processos de financiamento cujos prazos de realização e aprovação são relativamente longos. O nosso Governo considera que estes estudos são na verdade prioritários, porque o vale do rio Geba representa pelos seus recursos a grande zona de desenvolvimento agrícola dos anos 80.

PRODUÇÃO DE MILHO

Existem boas potencialidades para a produção deste cereal na Guiné-Bissau, importante para a alimentação da população e de utilização num empreendimento de avicultura em fase de instalação no nosso país, bem como na redução das importações de cereais panificáveis, já que o fabrico do pão comporta uma boa percentagem de farinha de milho.

Existe, por outro lado,

uma tradição de cultivo de milho pelos nossos camponeses, havendo necessidade de ser fomentada e desenvolvida, com exportação dos excedentes não comercializados internamente. É também possível realizar o aproveitamento de uma granja estatal em Bissorã para a produção em larga escala de milho, e criar condições que permitam o melhoramento da qualidade das sementes com vista a fomentar junto dos camponeses o aumento da produtividade.

HORTICULTURA E FRUTICULTURA

Quanto à fruticultura existem boas potencialidades na Guiné-Bissau para a produção de ananaz, citrinos, bananas e outros frutos exóticos tropicais, daí o nosso Governo considerar possível um aproveitamento neste sector virado predominantemente para a exportação, designadamente no sul do País, dadas as excelentes condições locais para este tipo de produção.

Entendemos que a horticultura pode ser associada à fruticultura. É também um domínio com boas potencialidades não só para o abastecimento interno mas também para a exportação, pelo que o nosso Governo tem por objectivos imediatos em relação a este sector a criação de um serviço nacional de assistência aos camponeses situado numa granja do Estado na periferia de Bissau,

que procurará reunir os meios técnicos de apoio necessário a um maior desenvolvimento deste sector essencial à auto-suficiência alimentar da nossa população.

Pensa-se, neste aspecto, fornecer ao campo-nês factores de produção apropriados para assegurar uma boa produtividade e um bom rendimento das culturas.

Recorde-se que o nosso Estado estabeleceu com a OLP (Organização de Libertação da Palestina) em 1978, um acordo, no quadro da produção hortícola e frutícola, que permitiu a criação da Granja de Solidariedade com o povo da Palestina. O projecto da exploração resultante desse acordo prevê, em princípio, a ocupação de uma área de 500 hectares de terra com culturas parcialmente irrigadas de legumes, milho, citrinos, bananeiras e outras plantas frutícolas.

Ao mesmo tempo, o acordo prevê a criação de gado bovino tendo em vista a produção de carne, e a construção de aviários para a produção de ovos e frangos.

Todos os equipamentos e meios de produção serão suportados pela OLP bem como os encargos financeiros e as despesas com o pessoal necessário. Os lucros obtidos serão divididos entre a OLP e a Guiné-Bissau respectivamente na ordem dos 75 e 25 por cento.

Contamos apresentar no nosso próximo artigo outras áreas possíveis de investimento directo de capitais estrangeiros, para que o leitor tenha conhecimento das diligências que o actual Governo Provisório vem tomando com vista a modificar o estado actual na nossa economia.



Quinana const

Um grupo de... a sua contribuição... Para o efeito, a pri... na quarta-feira pa... ração de Escolas da... Estado da Região

A vontade, a solid... riedade e espírito de i... mandado caracterizam... participação voluntár... daqueles jovens que... desinteressaram de tod... os sacrifícios e suport... ram os condicionalism... do clima, da alimentaçã... e de deficientes aloj... mentos, a fim de dare... um contributo para a... reconstrução de um... terra por eles desconh... cida.

«Este vosso trabalh... vai servir-nos de exp... riência e de escola — r... conheceu o President... da Região de Quinana... camarada Quemo Mar... durante a cerimónia d... entrega da escola... «A guerra faz justic... mas destrói. Esta escol... por exemplo, pode se... destruída por um mo... teiro em poucos minu... tos. Mas a reconstruçã... nacional é muito ma... difícil. Vocês, e o voss... povo, deram ontem aj... das para a nossa luta a... mada e hoje estão a d... mais ajudas para a r... construção da nossa t... ra. Vocês aqui represen... tam toda a juventud... progressista dos vossos... países».

Estas palavras do r... representante do noss... Governo na região fo... ram entusiasticament... recebidas pelos joven... camaradas estrangeiro... reunidos numa das sa... las da própria escol... construída por eles nu... tempo recorde de trinta... dias. Mas não deix... ram de exprimir os... seus sentimentos, e... fazer notar que tudo i... so não constituía su... presa para eles. Fazem... no com reconhecim... consciência política e d... humanismo internaci... nal. É a responsabilidade... projecto do DAPP na... Guiné-Bissau, Brit... Berntsen, quem fe... questão de assinalar, d... rante a sua intervençã...

«Construir estas esc... las é um grande orgu... lho para nós também... Nós, jovens da Dinama... ca e da Noruega, tem... mais privilégio co... esta oportunidade de vi... mos a esta terra onde... aprendemos a conhe... este povo, a sua cultur... e as suas condições d... vida, para podermos i... formar melhor o noss... povo sobre a realidade... da Guiné-Bissau. Quan... do os povos se unem r... mundo e juntos... apoiam uns aos outro... só então podem faz... qualquer coisa de ú... para a Humanidade

Jovens escandinavos em escolas primárias

ns dinamarqueses e noruegueses estão presentemente a prestar gratuitamente o país, construindo, eles próprios, três escolas primárias na região de Quínara. A escola concluída na tabanca de Candjatra foi oficialmente entregue à Educação, pela pessoa de Eufrágio dos Santos, chefe da Repartição de Construção e Reparação do Ministério. Presidiu ao acto inaugural o Presidente do Comité do Partido e de da Quemo Mané. O nome passa a ser «Escola de Ajuda de Povo a Povo».

sublinhou a camarada Brita.

A mesma posição já tinha sido defendida por Eva Vestergaard, a coordenadora internacional dos projectos do DAPP, que, por exigências da função, se encontra no nosso país a assistir a parte das construções de Quínara. Pela «os jovens devem estar conscientes de que os seus esforços, este e onde estiverem, também são úteis para os países pobres» que neste caso decidiram apoiar.

Segundo Brita Berntsen, o projecto de construção das três escolas em Quínara (uma em Candjatra e outra em Mauane de duas salas de aula cada, e outra em Mulacunda de duas salas de aula, uma sala de reunião para as populações e uma secretaria escolar), vai custar ao Departamento escandinavo de Ajuda de Povo um gasto total de 750 mil pesos. A construção é normalmente feita em pequenos blocos de areia forçada com cimento adobes estabilizados — cobertura de zinco e adeiramento à base de fibras. A construção da primeira escola, a de Mulacunda, deverá terminar em meados de Janeiro. Um novo grupo de voluntários deverá chegar a Bissau em Abril.

QUE É O DAPP QUAIS OS SEUS OBJECTIVOS?

O DAPP é uma organização de voluntários da Noruega, Dinamarca e Suécia. Um movimento de solidariedade para com os povos oprimidos, em luta pela libertação e pela reconstrução das terras pobres. Chama-se Departamento de Ajuda de Povo a Povo. Os seus jovens aderentes são considerados «trabalhadores de solidariedade» e, na sua maioria, são estudantes.

O DAPP foi fundado em 1978 na Escandinávia por um grupo de militantes que, solidários com as justas lutas de os povos oprimidos, lutavam contra os seus opressores, se juntaram numa só organização a fim de fazerem campanhas de apoio a esses povos. O seu principal

objectivo é promover todas as formas de informação e recolha de fundos e de material nos países de origem, com o qual possa fornecer ajudas aos povos e movimentos populares em luta pela libertação, e aos países subdesenvolvidos que enfrentam situações de fome.

É assim que o DAPP dá apoio ao Zimbabué, à Namíbia, à Etiópia, ao Sudão, aos refugiados palestinianos no Líbano (construiu uma pequena fábrica de têxteis em Beirute), ao Yemen do Sul (um pequeno hospital) e à uma organização de camponeses em Colômbia (construção de escolas e estabelecimentos colectivos de comércio).

Até a esta data, a maior ajuda que essa organização escandinava já prestou foi aos guerrilheiros do Zimbabué, então em luta contra os racistas rodesianos. Executou ali vários projectos um dos quais o internato de Chindunduma, equipado de oficinas de especialização técnica e salas de aula para dois mil alunos.

Por outro lado, o D.A.P.P. construiu, na Dinamarca, uma escola técnica onde 200 jovens zimbabwenos frequentaram, em tempos, estágios de formação técnico-profissional. Está prevista, igualmente, a ida de mais jovens da Namíbia, militantes da SWAPO, para serem formados nessa escola.

COMO O DAPP CONSEGUIE ANGARIAR FUNDOS

Uma das formas de recolher dinheiro são as campanhas de sensibilização que o DAPP promove junto da opinião pública dos países escandinavos, chegando a pedir directamente aos seus Governos para fornecerem ajuda aos países subdesenvolvidos.

Por outro lado, aquela organização mobiliza os cidadãos dos seus países a contribuírem em tudo o que puderem em apoio aos povos oprimidos e empobrecidos. Assim, normalmente, a organização recebe dos contribuintes diversos artigos, sobretudo roupas usadas, que vende e tira os rendimentos para os fundos do DAPP. A camarada

Brita citou, a propósito, o exemplo de uma campanha de venda efectuada em Junho passado por quinhentos jovens daquela organização, na Suécia, que conseguiram recolher, só numa semana, cerca de 750 mil pesos. Também vendem emblemas comemorativos ou de solidariedade entre os povos.

Outra forma é os jovens da organização (na sua maioria estudantes do liceu) trabalharem durante quatro meses nas fábricas, ao mesmo tempo que estudam à noite. Os salários ganhos nessas jornadas extras servem para custear as viagens que fazem em conjunto aos países onde vão executar projectos — tal como o fizeram nesta sua vinda para a Guiné-Bissau. É com esse dinheiro ainda que juntam para a alimentação colectiva durante os trabalhos no estrangeiro. Os fundos da organização apenas são utilizados para compra de material e de tudo o que for necessário para as construções gratuitas que levam a cabo.

A POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO E A ADESAO POPULAR

É esse carácter de gratuidade de contribuição a que os representantes dos povos escandinavos se entregam e, por outro lado, a dedicação abnegada ao trabalho durante as construções, sem complexos de superioridade, que constituem motivos de grande admiração e de reconhecimento por parte das populações das nossas tabancas em questão.

Constatamo-lo em Candjatra, pela participação activa da população local, e depois nas palavras dos principais responsáveis da tabanca, Abdú Mané e Quebé Mané. Para eles, quando alguém nos oferece, devemos recebê-lo com as duas mãos. «Não podíamos agir de outra forma. Tínhamos que dar todo o nosso apoio. Pois, não é hábito aqui no nosso país ver brancos vindos de terra longe pegarem duramente no trabalho. Pôr as mãos na terra e trabalharem para nós sem pedir nada. É uma grande admiração».

Escola de Práticos Agrícolas

— objectivo do Ministério do Desenvolvimento Rural

«Torna-se necessário uma escola média de agricultura, mas dado os condicionamentos actuais e a necessidade de se actuar junto aos camponeses, o nível dessa futura instituição será o mesmo da Escola de Práticos Agrícolas «ABEL DJASSI» criada no Boé desde 1975», afirmou numa entrevista concedida a Agência Noticiosa da Guiné, o engenheiro Avito José da Silva, Ministro do Desenvolvimento Rural.

O futuro centro a criar deverá formar anualmente 55 agentes de categoria C, cabendo 30 deles à agricultura, 15 à veterinária e 10 às florestas. O novo centro contará com professores argelinos, portugueses e franceses, e será fundado na antiga estação agrícola de Fâ-Mandinga, situada a 20 quilómetros de Bafatá.

Segundo o camarada Avito da Silva, a falta de pessoal técnico é um obstáculo à execução plena e aceitável dos projectos de desenvolvimento rural existentes, e que impede a criação de novos projectos.

Com efeito, convém não esquecer que tanto o III Congresso como o I Congresso Extraordinário do PAIGC decidiram que «no quadro da estratégia do desenvolvimento do país a prioridade será dada a agricultura e, sobretudo, aos camponeses que representam a maioria da nossa população e a eles incumbe a principal responsabilidade no esforço colectivo de reconstrução nacional».

Tendo em conta este objectivo de desenvolvimento, a política agrícola concentrar-se-á na transformação do homem rural, bem como na modificação do seu meio, e na criação de estruturas agrícolas que tenham por finalidade transformar a agricultura empírica à uma fase mais avançada de produção.

Com a formação dos agentes de vulgarização com noções de nutrição humana, a futura escola incidirá, também, sobre os problemas de nutrição no nosso país, não somente do ponto de vista quantitativo com a cobertura do «déficit» alimentar, mas também do ponto de vista qualitativo, com a diversificação de alimentos.

ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÕES

Antes da conquista da nossa independência não havia no país nenhuma actividade de formação

de quadros para os domínios do desenvolvimento rural. O enquadramento das massas rurais para a produção agrícola era praticamente nulo.

A primeira escola de agricultura foi inaugurada em 1 de Janeiro de 1975, no Boé, em instalações de tipo tradicional e construídas pela população local. Depois a escola teve que ser mudada para perto de Béli, devido a uma grande inundação que praticamente a inutilizou.

Nesta escola, que dependia do Ministério da Educação Nacional, o tempo de duração do curso era de três anos após a sexta classe. Porém, dada as condições de vida e as enormes dificuldades em abastecimento, as actividades da escola tornaram-se difíceis, e tal situação ainda era agravada pela insuficiência de materiais didácticos apropriados e falta de professores qualificados, factos que levaram à supressão de determinadas matérias.

Assim, surgiu, inevitavelmente, a transferência dos estudantes para a alçada directa do Instituto Amizade. De entre os 84 alunos diplomados pela Escola Agrícola «Abel Djassi», alguns com somente dois anos de escolaridade, 33 foram absorvidos pelo Ministério da Educação Nacional, 33 pelo Ministério do Desenvolvimento Rural e 18 partiram para o estrangeiro com bolsas de estudo. Somente dois deles prosseguem os seus estudos no domínio da agricultura, segundo conseguiu apurar a ANG.

CENTRO DE FORMAÇÃO DE BACHIL

O Projecto de Desenvolvimento Rural da Zona 1, com o centro em Bachil (Região de Cacheu) desenvolve uma secção de formação de vulgarizadores, cujo objectivo é o enquadramento dos camponeses para o aumento da produção e a melhoria das suas condições de vida. A esses técnicos é ministrada uma formação que lhes possibilita assumir plenamente as funções que lhes são confiadas pelo projecto de Extensão Rural.

Esse centro recebe como estagiários os estudantes que saem da Escola do Boé, ou dos que vêm do CEPI (Centro de Educação Popular Integrada, os quais incluíram disciplinas agrícolas

nos seus programas de formação). A formação dada pelo Centro de Bachil compreende uma primeira fase que se processa no próprio centro. Nesta primeira fase, com a duração de seis meses, o horário das aulas compreende uma hora diária de trabalho nos campos de experimentação do centro, seguida de aulas teóricas em salas próprias, com uma duração máxima de duas horas.

A segunda parte do programa de trabalhos compreende uma permanência de 15 dias numa tabanca, onde o estudante procede a um inquérito que será tema de discussão durante uma semana no centro, para avaliação dos resultados alcançados.

Em Contuboeil, no quadro do reforço das actividades do Centro Especializado de Formação sobre a tecnologia das sementes, foi construída uma casa que compreende uma sala de aulas e quatro outras divisões, numa das quais funciona a biblioteca. Um internato para cerca de 15 estagiários será brevemente construído.

Em Contuboeil serão formados agentes especializados na tecnologia das sementes para o enquadramento dos camponeses escolhidos como multiplicadores, e é ainda ministrada formação de agentes para o serviço de vulgarização e dos projectos de desenvolvimento em matéria de utilização adequada das sementes melhoradas.

Uma antiga estação de experimentação agrícola situada em Fâ-Mandinga, em estado de quase abandono, foi aproveitada, servindo neste momento as suas instalações para os trabalhos de formação dos enquadramentos para o Projecto de Desenvolvimento Rural da Zona 2 (Regiões de Bafatá e Gabú).

No âmbito do projecto de Caboxanque, está previsto a construção de um centro de formação idêntica à existente em Bachil.

Daí que, segundo declarou à ANG o ministro do Desenvolvimento Rural, todas essas actividades decorrem «da necessidade de mudar a formação dos quadros subalternos da agricultura do actual Centro de Boé para um lugar mais acessível, com o consequente reforço do ensino, sobretudo no que concerne à agricultura, com vista a suprir as crescentes necessidades do país.

O Movimento Sindical na Guiné-Bissau

Não obstante a importância que lhe conferem os estatutos e programa do Partido, a UNTG não conseguiu ainda ocupar o seu verdadeiro lugar na nossa sociedade. Quer dizer, ainda está por definir o papel que lhe cabe, facto que, a longo prazo, poderá constituir um elemento perturbador no processo (necessariamente harmonioso) do nosso desenvolvimento.

No entanto, todos os que, directa ou indirectamente, têm vindo a acompanhar o movimento sindical no país após a independência, são unânimes em considerar que a estrutura representativa dos trabalhadores registou enormes progressos, particularmente no aspecto organizativo.

A UNTG já não é aquela organização criada essencialmente para mobilizar, no plano internacional, a solidariedade dos trabalhadores de outros países para a nossa Luta Armada de Libertação. Dispõe actualmente de estruturas próprias de organização de massas.

Com a entrada do Partido em Bissau, a UNTG iniciou as suas actividades, que se limitaram quase exclusivamente à capital, dirigida na altura pelo camarada Pascoal Alves, um dirigente do PAIGC possuidor de experiência sindical.

Apesar da falta de quadros, a central sindical desenvolveu neste período acções positivas no campo do trabalho, caracterizado então por uma explosão de desemprego, consequência da retirada da administração e do exército colonial. Mas deu-se mais prioridade à educação política dos trabalhadores.

Em Junho de 1976, Pascoal Alves foi substituído na direcção da U.N.T.G. pelo camarada José Pereira, quadro superior dos Serviços de Segurança que, no início do seu mandato, privilegiou acções no sentido da elevação do nível da produção e da produtividade para a aceleração do desenvolvimento económico.

A partir de 1977 a central sindical iniciou uma intensa actividade organizativa, realizada por jovens quadros recém-formados (sobretudo na RDA e na URSS) e alguns sindicalistas vindos da luta, com a assistência de especialistas cubanos. Foi o ano do III Congresso do PAIGC, cuja mobilização foi benéfica à UNTG.

Várias iniciativas, de carácter experimental, foram então levadas a cabo nos locais de trabalho. Recenseamento de analfabetos para a alfabetização, explicação e tentativas de emulação

patriótica, etc. O ponto máximo das actividades seria alcançado no ano seguinte, com a realização da primeira Conferência Nacional, que dotou a central sindical de estruturas orgânicas, seguindo-se depois a sua implantação por todas as regiões do país.

Pode-se dizer que, no plano organizativo, a UNTG é hoje uma realidade nacional. No entanto, a implantação de facto do Movimento Sindical no país e o seu posterior desenvolvimento e consolidação, — visado pela 1.ª Conferência Nacional — não se verificou, nem tão pouco a campanha de

principalmente da falta de vontade política manifestada pela antiga direcção do Partido em relação ao Movimento Sindical.

Várias propostas da central sindical, visando nomeadamente a adopção de uma legislação do trabalho, instituição da emulação patriótica e assembleias de produção e serviços foram «congeladas» pelo então Secretário para Organização do Partido, José Araújo.

E como a própria U.N.T.G. carece de quadros especializados e de meios legais, a sua acção junto das classes trabalhadoras ficou muito aquém da sua função de «viveiro de militantes» do PAIGC e «motor» da reconstrução nacional.

Os conflitos de trabalho que surgem são na sua maioria resolvidos por conciliação, já que as disposições coloniais (a que ainda recorremos) não dão grande margem de manobra, sendo mesmo amplamente desfavorável ao trabalhador. Houve casos de despedimento em que, apesar

de recorrer à Direcção Geral do Trabalho para solucionar algum caso mais complicado.

Num país sem tradição sindical, a inexistência dum verdadeiro código de trabalho, adaptado à nova realidade em que vivemos, limita bastante a capacidade de intervenção da UNTG, tornando-a, aos olhos da maioria dos trabalhadores, em algo desnecessário.

Os descontos da antiga caixa sindical, que vão agora para a Previdência Social, privam a central sindical dum importante meio de mobilização e aproximação da classe trabalhadora.

«...Quando as organizações de massas têm orientações claras e são combativas o Partido floresce e a sua palavra chega aos mais afastados aglomerados populacionais que se mobilizam em torno dela...».

Os sindicalistas com quem falamos concordam com esta tese, mas pensam que o activismo das massas laboriosas nem sempre é bem acei-



dos serviços, com bons resultados na disciplina de trabalho e na elevação do ritmo de produção. Nos três centros pilotos (Estrela do Mar, Cicer e Hospital Simão Mendes) o movimento emulativo permitiu entre outras coisas, a poupança de mais de um milhão.

Apesar da sua comprovada utilidade, esta iniciativa não teve continuidade. Por um lado porque o seu desenvolvimento precisa dum mínimo de organização e planificação de tarefas nos locais onde se de-

com bons olhos uma actividade que, pela participação e iniciativa criadora que suscita entre os trabalhadores, é susceptível de revelar as falhas de gestão e outras anomalias.

Defendendo a efectiva utilização dos atributos da UNTG, os sindicalistas que ouvimos sublinharam os perigos do não enquadramento dos trabalhadores, constituídos na sua maioria por jovens.

Citaram o exemplo de alguns casos isolados de greves entre os trabalhadores da CUP e nos Estaleiros Navais, devido a atrasos no pagamento dos salários.

«...Se não houver nas empresas órgãos capazes de velar pelos interesses dos trabalhadores, detectar e tentar resolver os seus problemas, casos como esses poderão repetir-se no futuro» — disseram.

Em compensação, caminha-se agora para uma institucionalização da emulação patriótica e assembleias de produção e serviço, com a apresentação para breve de dois projectos ao Conselho de Ministros. Entretanto, a Direcção Geral do Trabalho examina um projecto de Código de Trabalho.

A UNTG enfrenta dificuldades no pagamento regular de salários aos seus próprios funcionários. Este problema foi parcialmente solucionado com a obtenção de uma verba cedida pelo Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social, por decisão do Conselho da Revolução. Por outro lado, criou-se uma comissão intergovernamental, que junto com os representantes das organizações de massas, estudará o problema financeiro das mesmas.



As recomendações da 1.ª Conferência Nacional da UNTG ficaram no papel por falta de vontade da antiga direcção do Partido.

sindicalização, que devia dar à UNTG uma certa autonomia financeira.

As razões desta inoperância das estruturas e da descontinuidade das actividades são múltiplas. Mas decorrem

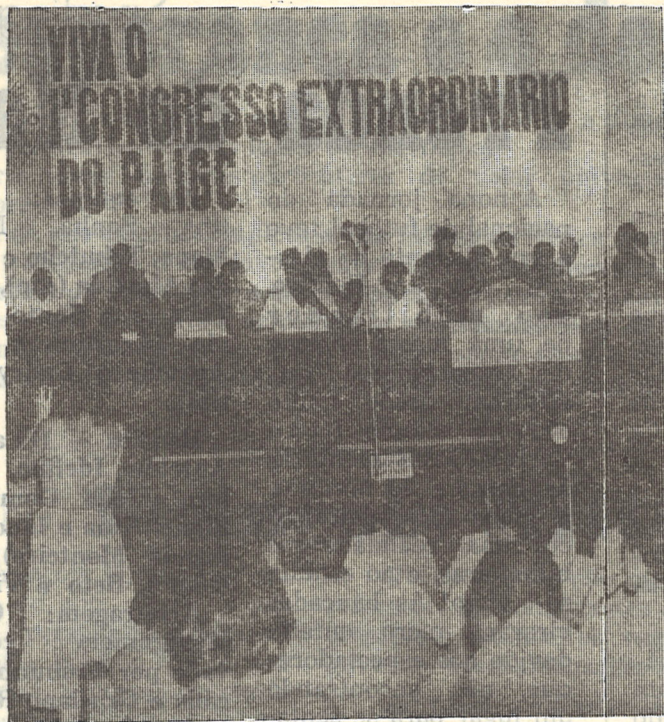
do tribunal ter reconhecido a razão do trabalhador, a direcção da empresa recusou-se a restituir-lhe o seu lugar. E a UNTG ficou impotente perante esta violação. Algumas vezes tem que

te pelos que estão no poder.

No entanto, pode citar-se o exemplo das experiências de emulação patriótica e assembleias de produção realizadas em algumas empresas

senrola, requisitos deficientes por vezes, e mesmo inexistentes na maioria das nossas empresas e serviços.

Por outro lado, nem todas as direcções vêem



1981 - Ano de renascimento do PAIGC

O ano de 1981 foi um ano de grandes vitórias para o nosso glorioso Partido — o PAIGC, para os militantes e para o nosso povo em geral. Em 1981, o PAIGC recompôs-se da grave crise em que se vinha debatendo desde a independência. Crise provocada, recorde-se, por alguns dirigentes que se desviaram da linha ideológica preconizada por Amílcar Cabral.

A realização do I Congresso Extraordinário do Partido de Cabral, em Novembro passado, veio repor as pedras nos seus devidos lugares, com a eleição do novo Secretário-Geral do Partido e de outros órgãos partidários. Adaptou-se o Partido às realidades nacionais, deixando assim de ser um Partido bi-nacional. O I Congresso Extraordinário do Partido foi um novo renascimento do PAIGC, tal como o fora ontem, no fragor da Luta Armada de Libertação Nacional, em Cassacá. Em cada momento da crise há sempre aqueles militantes dignos deste nome, para levarem o Partido a ultrapassar a situação. Foi isso que aconteceu na gloriosa noite de 14 de Novembro, em que um punhado de jovens oficiais das FARP pegaram em armas para restituir o Partido ao nosso povo, para reinstalarem o direito à expressão e à liberdade.

Com a cisão da ala caboverdiana do PAIGC e a consequente criação do chamado Partido Africano da Independência de Cabo Verde, aconteceu o golpe final nas esperanças ainda existentes de o Partido poder continuar num quadro unitário, em que fossem de facto cumpridos os princípios que nos legou o camarada Amílcar Cabral.

A criação do PAICV em Janeiro último veio pôr fim a uma história rica de exemplos, de um processo ímpar em África — a de um só Partido ter levado dois países à independência, 25 anos depois de os novos povos da Guiné e Cabo Verde terem caminhado juntos para o processo da unidade na igualdade. Aqueles que traíram os povos guineense e caboverdiano, a História os julgará...

O PAIGC nasceu como uma necessidade histórica de reunir sob a bandeira da luta as diferentes camadas sociais da nossa terra e de Cabo Verde, sendo o instrumento principal da unidade dos dois povos no combate às forças de repressão colonial. Só o PAIGC conduziu os dois povos até à libertação total.

O Partido era dotado de uma grande vitalidade, dinamismo, gozando de grande prestígio junto dos nossos militantes e do nosso povo, e mesmo no exterior.

O entusiasmo popular após a libertação total não foi devidamente aproveitado, com um trabalho político-ideológico sério junto das massas, para se manter vivo esse entusiasmo.

A ausência total do trabalho político, para o enquadramento das massas populares originou o corte de comunicação entre a Direcção e as bases, e, portanto, também entre a Direcção e as massas, das quais o PAIGC se afirma único e legítimo defensor. Em alguns dirigentes surgiu o vazio ideológico, a falta de rigor, a irresponsabilidade, a negligência, o amiguismo e o nepotismo. As estruturas partidárias foram bloqueadas pelo grupo de Luiz Cabral, que agia a seu belo prazer, fugindo à observância dos princípios do Partido.

Com a falta de trabalho político no seio das massas populares passou-se à repressão, as prisões arbitrárias e à liquidação física dos acusados sem julgamentos. O testemunho disso são as valas comuns, descobertas nas matas da nossa terra, após o 14 de Novembro de 1980.

O PAIGC entrou numa crise profunda e grave, e caminhava para uma situação imprevisível.

O Partido deixava de ser a força dirigente da nossa sociedade.

Na tentativa de salvar o Partido, um grupo de militantes dirigidos pelo camarada Nino Vieira levantou-se, para repor a linha política preconizada por Cabral, na noite de 14 de Novembro.

Antes do Congresso Extraordinário desenvolveu-se um trabalho intenso junto das massas militantes, e aí o nosso Povo teve oportunidade de se pronunciar a favor da manutenção da sigla PAIGC, agora reduzida ao contexto nacional, pois em Cabo Verde já se tinha criado um novo partido.

O Congresso Extraordinário foi um sucesso, os militantes reencontraram a confiança no Partido, os ideais do PAIGC revivem nos corações de cada militante. Decidiu-se que «Somos e continuaremos a ser o PAIGC». O Partido saiu mais forte, mais unido e pronto a prosseguir a sua missão histórica, que é a condução do nosso povo ao progresso e à justiça social.

Petróleo: Actividades concretas

Continuação da página 5
panhia recuperar todo o seu investimento e arrecadar a margem satisfatória de lucros. Mas as companhias entendem que os contratos, quanto mais longos, melhores são.

ÁREAS POTENCIAIS: TODA A ZONA MARÍTIMA

A localização de jazigos é ainda prematura, visto que ainda não foi feita a descoberta de determinada quantidade de petróleo identificada como comercializável. Por conseguinte, pode-se falar em termos de nossas zonas potenciais com maior ou menor grau de perspectivas, e neste caso está toda a zona marítima, ou «Off Shore».

A questão fronteiriça, como já dissemos, não pode e nem deve entrar o processo já iniciado. Simplesmente, o arastamento de resolução pode limitar grandemente a actividade, até mesmo reduzir consideravelmente a nossa área de potencialidade. Um exemplo bastante concreto disso foi-nos dado pelo camarada Pio Correia, ao recordar a realização de trabalhos sísmicos no princípio de 1981, quando tiveram que reduzir áreas de incidência, para evitar zonas actualmente em litígio, tanto do Norte como do Sul, o «que nos privou de informações talvez bastantes valiosas», conforme as palavras do director de Petrominas.

Para a ultrapassagem dessa situação, o camarada Pio Correia enten-

de que todas as partes implicadas, tanto a Guiné-Bissau como as Repúblicas da Guiné-Conakry e do Senegal devem fazer prova de boa vontade para criar condições ao desbloqueio da situação, tanto quanto possível no interesse das nossas relações comuns, e também no desenvolvimento dos nossos países e da nossa sub-região.

Foi criada, no passado dia 15 de Setembro pelo Conselho da Revolução, uma Comissão Nacional das Fronteiras e dos Direitos do Mar, estando à sua frente o camarada João Cruz Pinto, membro do CC do Partido e Ministro Sem Pasta, que vem desenvolvendo actividades no sentido de encontrar soluções para os problemas de fronteiras.

O aproveitamento dos recursos financeiros que o petróleo proporcionará ao nosso país com vista ao seu desenvolvimento harmonioso, muito embora tenha a ver com a Coordenação Económica e Finanças, não deixou de ser abordado por Pio Correia que fechou a nossa conversa dizendo que se amanhã beneficiarmos de receitas consideráveis do petróleo ou de quaisquer outros recursos naturais da nossa terra, elas devem ser canalizadas uma parte, para amortização das dívidas externas, e outra parte deve ser utilizada de forma racional para podermos atingir o objectivo preconizado pelo nosso saudoso líder Amílcar Cabral, que é a criação de uma economia nacional forte, para o bem-estar e progresso do nosso Povo.

Casos e factos

UM CHEIRINHO nada agradável, logo a entrada, pode ser «apreciado» nas instalações da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto. Nem trabalho voluntário pode sanear o indesejável e os funcionários passam o dia com o lenço no nariz. Quando será a mudança para outras instalações?

AO DEUS DARÁ estão os rapazes que foram fazer estágio no exterior, nomeadamente os do basquetebol, atletismo e outras modalidades. Qual será a integração destes jovens na nova estrutura da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto?

CAMPEÃO DO ATRASO é a selecção nacional de futebol, que só começará os treinos intensivos no início do próximo ano. Um dos casos que o novo elenco federativo deve estudar, para evitar repetição no futuro.

PERSEVERANÇA é a característica dos basquetebolistas que isoladamente tentaram evitar a morte da modalidade, não saindo do ciclo de treinos sem métodos no BNG, apesar de não haver nenhum programa para eles. O camarada Adelino Nunes Correia vem fazendo referências sobre a incrementação de basquetebol, volei, atletismo e futebol de salão. Fazemos votos de que, no próximo ano, o esforço seja canalizado para estas modalidades.

PARTICIPAÇÃO ACTIVA dos clubes no controle da venda dos bilhetes, segundo informações que obtivemos, será tema para discussão na reunião dos novos dirigentes da Federação Nacional de Futebol.

CERTÍSSIMA, a não participação da equipa nacional de basquetebol feminino no torneio internacional da zona-2 em Dakar. Mas podíamos evitar esta situação se à equipa fosse dada um pouco de atenção aquando da sua chegada do anterior torneio, o que oportunamente fizemos referência.

ALFINETE para um árbitro que recebeu um «puxãozinho de orelha» e repreendido, por parte de um dirigente, por má actuação.

INTERNACIONAL

DESTRONADA, em Mogadiscio, a formação senegalesa de basquetebol masculino, ao ser afastada do 11.º campeonato das Nações Africanas da modalidade. Esta proeza sensacional coube à jovem equipa moçambicana que, entretanto, não passou das meias finais. Na capital somaliana estarão presentes, nas meias-finais, as formações do Egipto, Costa de Marfim, Somália e Congo.

PARTICIPAÇÃO POBRE no torneio internacional de basquetebol feminino em Dakar no quadro da zona número dois. Dos oito países que fazem parte da zona só marcaram presença as formações de Senegal, Mali e Gâmbia. O lugar cimeiro deve ser disputado entre as formações das «leoncelles» — segunda formação nacional de Senegal — e as malianas.

SORTEADAS pela Confederação Africana de Futebol as Taças Africanas de Clubes para a época 1982 (18.ª Taça dos Campeões e 8.ª dos Vencedores). As equipas da Guiné-Bissau, concretamente o Benfica e o Desportivo de Gabão não estão incluídas no lote das equipas que disputarão a fase preliminar e os dezasseis avos de final, respectivamente em Fevereiro e Abril.

Anúncio

A TAP AIR Portugal na impossibilidade de se dirigir individualmente a todas as entidades, públicas ou privadas, vem por este meio informar que toda a facturação relacionada com a emissão quer de bilhetes de passagem, quer de cartas de porte ou quer de bilhetes de excesso de bagagem

deverá ser regularizada até ao final do corrente ano.

Mais informamos que a não liquidação das facturas nos prazos mencionados obrigará a TAP AIR Portugal a cancelar as emissões a crédito às entidades que não cumpram os referidos pra-

Prenda de Natal para os Leões

A nona jornada do nacional de futebol teve o seu aliciante no clássico Sporting-Benfica, jogo mobilizador de uma massa enorme de espectadores que afluiram desde muito cedo ao estádio Lino Correia. Precisamente às 14 horas e 30 minutos, a bicha (desordeira) já era uma realidade nas bilheteiras, e no estádio só visto! As bancadas viraram mero enfeite devido aos espectadores que, não encontrando um lugar para se sentarem, obrigaram todo o mundo, inclusive os profissionais de informação, a ver o jogo de pé.

E a festa foi mesmo festa para os leões os quais souberam ultrapassar os seus rivais de sempre — Benfica — pela marca de 3-2, dando assim uma prenda de Natal aos seus adeptos. Foi alegria para os adeptos e os dirigentes que não souberam (para quê?) esconder as lágrimas de alegria. Com esta vitória arrancada aos 85 minutos, aproveitando na máxima força os deslizos dos encarnados, a crença retorna aos adeptos.

As equipas: Sporting — Sanhá, Mussá, Mapa, Tchutcho e Mundo; Almeida (cap), Tony Tavares e Santo António (Agostinho); Ciro, Apache e Cadry (Cirilo).

Benfica — Bracia; Antelmo, Idelino, Tchallero e João Domingos; Mané, Nina e Iano (cap. depois Monteiro); Rui (Nene), Beto e Vieira.

Arbitragem: Carlos Montgomery coadjuvado por Embunha Encada e Graciano Ramos.

Ação disciplinar: cartão amarelo para Mané.

Golos: aos 18 minutos Mané abriu o activo para o Benfica, em canto directo com Mapa e Sanhá a procurarem em vão deitar a trajectória do esférico. Aos 43 minutos o Sporting reduziu: descida pelo corredor direito, Almeida cruzou e Tony Tavares sem preparação, rematou forte, violando a baliza de Bracia. Aos 85 minutos Almeida, numa resposta ao ataque encarnado, desceu pela direita, o centro não se fez esperar e Apache amorteceu com o peito e com o pé esquerdo colocou o

Sporting em posição de vencedor. No minuto 87.º Agostinho tirou Ide-lino do caminho, e o cruzamento para a baliza encontrou a cabeça de Cirilo que encaminhou a bola para as redes encarnadas. Mané colocou o resultado final em 3-2, na marcação de um livre, fazendo a bola contornar a barreira e anichar-se nas redes contrárias.

Um jogo que teve fases distintas: O Benfica entrou no terreno disposto a resolver a questão e durante 10 minutos atacou impetuosamente, levando a confusão a baliza contrária, mas sem efeito. A movimentação inicial dos homens da equipa encarnada, com Mané a «tocar» e os dois pontas de lança Rui e Beto à procura de uma abertura foi o período áureo da equipa, depois caiu na letargia só reaparecendo após o gol de Mané. Neste período, os médios leoninos «desapareceram da circulação» e o desastre parecia iminente para os verdes e brancos.

Mas foi uma «pinçada mal dada». Rui fugiu do «barulho» após

vários choques, e Iano e Niná recuaram no terreno, dando-nos a sensação de cansaço. Os sportinguistas, mais aliviados, subiram de rendimento, por intermédio de Toni Tavares, Almeida, Ciro e Cadry, e o meio campo refez-se, e o ataque viu coroadado o seu esforço aos 43 minutos. No reatamento, os jogadores entraram cautelosos, com o Sporting, mais fresco a não querer acordar os «águias». Neste período, apesar de uma certa monotonia, foram desperdiçadas várias ocasiões para marcar de ambas as partes. Após a perda de Cadry isolado frente a Bracia, os «leões» saltaram, e em menos de cinco minutos resolveram a questão a seu contento, aproveitando o desguarnecido lado esquerdo dos campeões (sem João Domingos) e com os centrais mal escalonados no terreno quando os cruzamentos fatais partiram. Venceu a equipa que soube aproveitar o desliz do adversário, e o Sporting esteve certo neste capítulo, repetindo a façanha do início da época.

Ténis: Massificação é meta a atingir

Mais um ano se escoou, em que o desporto se ficou pela mediania, e mais um ano se avizinha em que este sector da vida nacional terá que entrar na arrumação devida, segundo nos deixou a nte ver o camarada Adelino Nunes Correia, Secretário de Estado da Juventude e Desporto. É norma fazer um balanço e perspectivas da actividade desportiva. Todavia, com a reestruturação da Secretaria de Estado do Desporto e a recente tomada de posse dos corpos gerentes da Federação Nacional de Futebol, resolvemos adiar as perspectivas desportivas para este novo ano, através de vá-

rias entrevistas já programadas.

Por esse facto, optámos pelo «casos e factos», aqui patente, que espelha de forma flagrante a situação desportiva após o último sopro do ano «morto». A par do «factos e casos», escolhemos o ténis, como modalidade em franco progresso entre as restantes, e assim, estabelecemos breve conversa com mestre Nuna.

Após vários torneios nacionais e internacionais, o ténis encontra-se outra vez em Dakar através de uma delegação chefiada por Tony Davyes, treinador-adjunto, e composta por Alexandre Lobo e Domingos, em representação de juniores e cadetes. Esta deslocação ficou a dever-se a um convite da Federação Internacional da modalidade, dirigido à S.E.J.D., para a disputa do troféu Air Afrique.

Começamos por perguntar ao popular mestre do ténis: Camarada Nuna, o ténis não será uma modalidade de elite para pensarmos em massificação?

Eis a resposta: «Estamos a trabalhar para

que de facto o ténis seja uma modalidade essencialmente de massas. Por enquanto, estamos a pedir ajuda às embaixadas e temos tido apoio delas, e com o auxílio da S.E.J.D. e, claro, com a quota dos associados pensamos atingir a massificação, que estamos convictos estar ao nosso alcance. De resto, a elite desaparece quando estão em funcionamento todas as classes, como é o nosso caso. Por exemplo, saí das massas e pratico o ténis desde os 12 anos. Hoje tenho 66, feitos a 31 de Dezembro. Portanto, para mim é confusão falar em elite como muita gente diz. Só para terem uma ideia esclareço que temos 150 atletas, (entre os quais membros do Governo, estudantes e trabalhadores) dos quais 80 são praticantes activos».

Insistimos com o professor Nuna: Como explica o facto da escola, somente com quatro anos de existência (criado a 23 de Dezembro de 1977), ter conseguido chamar a atenção dos jovens para esta modalidade e despertar o interesse no seio juvenil em Bissau?

«Em parte foi devido a minha «carolice», — opinou o nosso entrevistado — pondo em acção, além dos jovens, pessoas de idade e quando na rua encontro miúdos mando-os inscreverem-se. Também os resultados alcançados nos torneios internacionais fazem-nos ver que o entusiasmo ultrapassou as nossas expectativas. Por outro lado, o ténis cria harmonia entre os praticantes, demonstrada no convívio diário. Quanto a mim, acho que são estas as razões primordiais para o interesse que o ténis angaria neste momento».

O ténis será só em Bissau? Colocámos a pergunta. O professor Nuna esclarece:

«Não, já o temos a funcionar em Mansoa. Mas aqui conheceu um interregno devido às chuvas. As actividades recomeçarão brevemente. No entanto, sabemos que haverá muito trabalho devido à fiscalização e a carência de transporte, mas são contratempos que esperamos ultrapassar».

Começamos pela África Austral, onde a independência do Zimbabué veio acelerar o processo de descolonização da Namíbia, ao qual se opõe obstinadamente o regime racista da África do Sul, último bastião do colonialismo no nosso continente.

A cooperação económica que os nove Estados soberanos da zona instauraram entre si, a fim de se libertarem da dependência sul-africana, é um outro factor de progresso bastante grande, que Pretória procura evitar por todos os meios.

ANGOLA MÁRTIR

No entanto, foi a escalada dos ataques contra os países da «Linha de Frente», em particular Angola, que marcou o dia a dia desta sub-região.

Face ao seu crescente isolamento no plano internacional, provado pela decisão da ONU de proclamar 1982 Ano de mobilização a favor de sanções contra a África do Sul, perante o inexorável desmoronamento do atrasado sistema do «apartheid», confrontado com uma guerrilha urbana cada vez mais activa e eficaz, o governo de Pretória respondeu pela intensificação das campanhas de destabilização nos países vizinhos.

O sul de Angola, destruído e quase despojado, é ocupado pelas

Entre a esperança e o desespero

Uma das características mais marcantes do mundo contemporâneo é a dimensão planetária que assumem as causas populares, particularmente as lutas de libertação.

Podemos não tomar parte nestas «batalhas particulares de valor universal» — como diz Ziegler — mas não conseguimos ignorá-las.

Nenhum balanço de fim de ano estaria completo se não falasse da África Austral em fogo, dos grevistas de fome da Irlanda, dos refugiados e dos jovens guerrilheiros salvadoreños, da Resistência Palestina, do heroísmo maubere ou da tenacidade e determinação do povo saharauí.

O sacrifício de todos eles é que alimenta a actualidade quotidiana, feita de desespero e esperança. Desespero, porque o inimigo deles (também nosso) é poderoso, as mortes imensas e os obstáculos incontáveis. Esperança, porque a carga de legitimidade que este sacrifício contém perspectiva uma nova era para a humanidade.

A figura do ano: François Mitterrand

Escolher o presidente François Mitterrand como figura mais destacada do ano findo é tão polémico quanto a própria personalidade em si. Pelas ideias que defende, pela posição que o seu país ocupa no cenário mundial, a pessoa do chefe de Estado francês e a sua acção política são alvos de controvérsia.

Socialista-democrata para uns, burguês-esclarecido para outros, ou então um social-democrata radical, Mitterrand é, talvez, na síntese dos valores agora dominantes em França, cujos traços mais salientes são o humanismo, tolerância e abertura de espírito.

Descontando a abundante publicidade que acompanha os mais pequenos passos dum dirigente político ocidental, parece-nos que a ascensão de Mitterrand à magistratura suprema teve o impacto dos grandes acontecimentos, com o mérito de que o seu «brilho» não foi momentâneo. Brilharia em mil luzes nos dias seguintes, durante as eleições legislativas. Mas deixemos a palavra a Jacques Fauvet, jornalista do conceituado diário «Le Monde»:

«...A vitória do Partido Socialista, confirmando e ampliando a de François Mitterrand no dia 10 de Maio, constitui o acontecimento político mais importante do pós-guerra depois da partida do general De Gaulle em 1946 e do seu regresso em 1958. Nunca houvera tão profunda mutação...»

Ainda segundo Fauvet, «... hoje, um presidente socialista largamente eleito dispõe de uma maioria socialista absoluta: o presidente tem a maioria da sua política. O que não tiveram, nem De Gaulle entre 1958 e 1962, nem Giscard d'Estaing entre 1976 e 1981...»

O novo poder não quer só gerir, mas também reformar. Nacionalizações dos grandes grupos económicos e financeiros, regresso dos comunistas ao governo, descentralização regional, etc.

No plano internacional, particularmente na Europa mediterrânica e em África, a subida ao poder dum socialista, em detrimento da «direita civilizada», suscitou muitas esperanças e terá mesmo dado um novo vigor aos que, como Mitterrand, pensam e defendem a ideia de que «...não há nem pode haver estabilidade política sem justiça social...», ou que «...não há desenvolvimento económico sem a preservação de uma identidade nacional, de uma cultura original...»

Aliando a noção de princípio e de direito à razão de Estado, assumindo simultaneamente a liderança da esquerda e de «todas as francesas e todos os franceses», Mitterrand conseguiu (no espaço de sete meses) romper com algumas práticas do seu antecessor, revelando nomeadamente uma maior abertura em direcção do chamado Terceiro Mundo.

A Argélia, que ainda simboliza as legítimas aspirações dos povos do Terceiro Mundo, tem um contencioso velho de 20 anos com a França. A sua resolução ou não pode constituir um teste aos limites duma política mitterrandista, que se situa entre a crença no direito dos povos, na solidariedade planetária, e os imperativos do poder e da influência da França, que pretende preservar.

Com 65 anos, Mitterrand tem ainda tempo de provar que «há outro caminho, outra política», como decarava durante a campanha eleitoral.

tropas sul-africanas. Destruição de infra-estruturas económicas e assassinatos em Moçambique, Zimbabué e Lesoto.

Nesta exportação da sua crise, o governo colonialista e racista de Pik Botha utiliza meios militares tão vastos quanto ilegais, a ponto de ninguém duvidar hoje que, em última análise, eles procuram é provocar uma internacionalização do conflito namibiano, susceptível de retardar a independência deste território e modificar, a seu favor, a actual relação de forças no sul do continente, nitidamente favorável aos movimentos de libertação, apesar do elevado número de vidas que perdem.

SAHARA: A MARCHA IRREVERSÍVEL

Em todos os planos, o conflito do Sahara Ocidental sofreu uma evolução favorável ao povo saharauí sob a direcção da Frente Polisário.

Depois que o rei Hassan II do Marrocos aceitou, perante a cimeira da OUA de Nairobi o princípio dum referendo sobre a autodeterminação no Sahara, os acontecimentos seguiram um rumo contrário ao que previa o soberano cherifeno ao fazer uma concessão puramente verbal aos seus pares africanos.

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, a 24 de Novembro último, uma resolução onde reafirma o direito do povo saharauí à autodeterminação e à independência, e que exige sobretudo, para restaurar a paz na região, negociações directas entre as duas partes em conflito, o Marrocos e a Frente Polisário.

Enquanto o regime cherifeno enfrenta uma intensa agitação política interna e uma grave crise económica, a Polisário tomou o controle de grande parte do território saharauí, confinando a presença das tropas marroquinas em apenas nove por cento da superfície da RASD, nos limites do chamado «triângulo útil» (El Ayun-Bou Craa-Smara).

Contudo, a evacuação em Outubro das guarnições de Guelta Zemmur e Bir-Anzaran — que deu à Polisário total liberdade de acção em todo o Tiris el Gharbia (sul do Sahara) — significa que mesmo esse dispositivo não está ao abrigo dum ataque dos combatentes saharauis.

Esse receio é que explica a intensificação da

1981 em doze letras

(A) **ARAFAT**: considerado pelo «Le Monde» como o «único político do mundo árabe», o líder da Organização de Libertação da Palestina (OLP) cristalizou, no decurso deste ano, as importantes vitórias políticas e diplomáticas obtidas pelo povo palestiniano em luta. Visitou a Ásia Oriental (China, Coreia e Japão) e a Europa (Grécia e União Soviética). Nestes dois últimos países a Representação da OLP foi elevada ao nível de embaixada.

(B) **BOB Marley**: no dia 12 de Maio, faleceu em Florida (Estados- Unidos), apenas com 36 anos, o «rei da música reggae», vítima de um cancro cerebral.

(D) **DEFICIENTES**: são 500 milhões em todo o mundo. Um terço crianças e 80 por cento vivendo nos países em vias de desenvolvimento, frequentemente ignorados e marginalizados. 1981 foi declarado pela ONU o Ano da sua inserção e valorização nas respectivas sociedades, como seres humanos que são.

(E) **ESPAÑA**: o tenente-coronel Tejero, um saudosista do fascismo, tentou um golpe de Estado com cumplicidade da cúpula militar espanhola. O rei

Juan Carlos não apoiou a intenção e os sediciosos rendem-se. Seguiu-se uma depuração no seio das Forças Armadas.

(F) **FOME**: pesadelo ou loucura, o problema continua. Rios de dinheiro são gastos no fabrico de armamentos, enquanto 300 milhões de crianças sofrem de fome. Nos países menos desenvolvidos, 100 mil morrem anualmente de anémia.

(K) **KAROL Wojtila**: o Papa João Paulo II, guia espiritual dos católicos, é atacado e ferido a tiro por um jovem fascista turco, Mehmet Ali Agca, no dia 13 de Maio em plena praça de São Pedro, no Vaticano (Roma).

(M) **MERCENÁRIOS**: vindos da África do Sul, um grupo de mercenários invade as Seychelles, em 25 de Novembro, na tentativa de derrubar o governo no poder. São derrotados, fogem em debandada, mas alguns são presos.

(O) **ONU**: o peso do Terceiro Mundo na arena internacional é uma realidade inegável. Na impossibilidade de vitória do tanzaniano Salim Ahmed Salim (devido ao veto norte-americano), o peruano Javier Perez de

Cueller substituiu o austríaco Kurt Waldheim na chefia da Organização das Nações Unidas.

(P) **PACIFISMO**: em resposta à corrida armamentista, a Europa — palco de grande Holocausto que foram as duas Guerras Mundiais — levantou-se num vasto movimento anti-belicista, cuja amplitude assusta os «vendedores de canhões» que lucram com a morte colectiva.

(S) **SENEGAMBIA**: os governos do Senegal e da Gâmbia realizam o velho sonho de criar uma confederação, só possível devido a uma intervenção militar senegalesa na Gâmbia para repor no poder o presidente Dawda Jawara, derrubado por um golpe de Estado a 30 de Julho.

(W) **WALESA**: as conquistas da revolução polaca foram salvas pela instauração a 11 de Dezembro, do estado de sítio. O sindicato «solidariedade» é suspenso e o seu líder, Lech Walesa é colocado sob vigilância.

(Z) **ZIAUR Rahman**: presidente da República do Bangladesh é assassinado no decurso de uma revolta militar em Chittagongue, segunda cidade do país.

(Continua na página 12)

Saúde Maria regressou do Senegal

Após ter-se reunido em Dakar com os ministros dos Negócios Estrangeiros da República Popular Revolucionária da Guiné, do Senegal e da Gâmbia, regressou na quinta-feira passada a Bissau o camarada Victor Saúde Maria, do BP do CC do PAIGC, Vice-Presidente do Conselho da Revolução e ministro dos Negócios Estrangeiros.

O camarada Vice-Presidente do Conselho da Revolução deslocou-se à capital senegalesa a fim de assistir à reunião na qual tomaria conhecimento da organização da Valo-

rização do Rio Gâmbia, da qual passamos a fazer parte com os outros países vizinhos.

Recordamos que fomos admitidos na organização da Valorização do Rio Gâmbia na Cimeira de Chefes de Estado, que teve lugar em Conakry no ano passado.

O camarada Victor Saúde Maria travou conversações com os ministros dos Negócios Estrangeiros da RPRG, do Senegal e da Gâmbia sobre a cooperação a nível sub-regional e também a nível bilateral e sobre a situação política africana e internacional.

Quatro mortos num acidente de viação

O Sporting de Bafatá está de luto devido ao falecimento do seu defensor esquerdo, Supério Lopes Correia, num acidente de viação onde encontraram a morte mais três pessoas — Marcelino Vaz, empregado da Socomin, Djibril Coiaté, mecânico e Fodé Camará, estudante, — que se tinham deslocado a Gabú para presenciar

o «derby» regional entre as formações de Gabú e do Bafatá.

Neste trágico acidente registaram-se ainda, 16 feridos. Segundo a ANG, o choque entre duas viaturas (um camião e uma carrinha ligeira) que transportavam os espectadores ficou a dever-se a excesso de velocidade da segunda viatura.

● Projecto da Senegâmbia

BANJUL — O parlamento gambiano autorizou na terça-feira a ratificação do pacto constituindo a federação da Senegâmbia entre o Senegal e a Gâmbia.

A oposição (que tem três deputados contra 38 da maioria) boicotou a sessão de voto, precisando que não está contra o princípio de uma confederação, mas que discorda com a adopção do pacto pela via parlamentar e não por referendo.

Em Dakar, a Assembleia Nacional do Senegal aprovou por unanimidade uma lei que autoriza o presidente da República a ratificar o pacto da Senegâmbia, assinado no dia 17 de Dezembro.

Libertação de Luiz Cabral

Assinado pelo Presidente do Conselho da Revolução e promulgado a 30 de Dezembro, foi distribuído ontem à noite aos órgãos de informação um Decreto-Lei que restitui à liberdade o ex-presidente Luiz Cabral.

Transcrevemos na íntegra o referido decreto.

«O Comité Central do PAIGC, na sua reunião extraordinária de 16 de Novembro findo, decidiu libertar o ex-Secretário-Geral Adjunto do PAIGC, e ex-presidente do Conselho de Estado Luiz Severino de Almeida Cabral, detido aquando do Movimento Reajustador do 14 de No-

vembro de 1980, tendo conferido ao Governo o mandato para a execução dessa decisão até ao fim do corrente ano.

Nestes termos, o Governo Provisório no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos 10.º alínea c) e 11.º do Estatuto do Governo Provisório, aprovado por

decisão número 4/81 de 29 de Janeiro, decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — É Luiz Severino de Almeida Cabral restituído imediatamente à liberdade.

Artigo 2.º — Este decreto entra imediatamente em vigor».

Instituído o 17 de Fevereiro como Dia do Professor

Entre a esperança e o desespero

(Continuação da pág. 11)

cooperação militar Marrocos — Estados Unidos, depois de Rabat ter perdido o apoio de França.

Dando conta duma visita efectuada às zonas libertadas do Sahara Ocidental, um jornalista do «Le Monde» escreveu: «...a população não regressou dos acampamentos de Tindouf onde se refugiou (a fim de não oferecer um alvo fácil aos marroquinos). Mas encontramos, no Saguia el Hamra, manadas de cabras ou de camelos e os pastores ofereceram-nos leite e tâmaras secas da amizade»...

ISRAEL SINÓNIMO DE GUERRA

Quatro acontecimentos maiores, ocorridos em 1981 no Médio-Oriente, contribuíram para revelar, não só o carácter belicista e ilegal de Israel, mas também o papel-chave que a questão palestina desempenha na resolução do conflito.

Em primeiro lugar o assassinato, a 6 de Outubro, do presidente egípcio Anouar el Sadate. Depois anexação por

Israel do território sírio ocupado de Golan, o bombardeamento pela aviação sionista da central nuclear iraquiana de Tamuz e finalmente o fracasso da cimeira árabe de Fez.

Ao deslocar-se em 1977 a Jerusalém para encontrar Begin, o «rais» tomou uma decisão que dividiu as opiniões no mundo: capitulação ou gesto de paz? Israel desocupou uma parte do Sinai, mas a paz anunciada pelos acordos de Camp David não se verificou, pelo contrário, novas áreas de conflito surgiram no Médio-Oriente.

Deste modo, a morte de Sadate parece mais a execução de quem prometeu e não cumpriu, que tudo deu e nada recebeu em troca. A lição a tirar é que qualquer tentativa de resolução do conflito do Médio-Oriente, que ignore a OLP, está votada ao fracasso. O «plano Fahd» apresentado na cimeira de Fez não foi aprovado precisamente por isso. Admitiu a coexistência com o Estado sionista de Israel, facto que a OLP rejeita.

O dia 17 de Fevereiro foi instituído como Dia do Professor, pela Direcção do Partido. Esta decisão foi anunciada pelo camarada Samba Lamine Mané, do BP do CC do Partido, do Conselho da Revolução e ministro dos Recursos Naturais, no encerramento do IV Encontro Nacional de Quadros da Educação, no passado dia 19 de Dezembro.

O Ministério da Educação Nacional é um dos maiores senão maior empregador do país, isto é, o sector que mais pessoal engloba. Entre as diferentes categorias de trabalhadores desse sector destaca-se a do professor, elemento fundamental e indispensável em todo o processo docente.

Assim, o Partido, reconhecendo o papel desempenhado pelo profes-

or e frisando que «todo aquele que sabe mais deve ensinar aos que menos sabem», instituiu como Dia do Professor, a festejar anualmente, o dia 17 de Fevereiro.

Porquê o Dia do Professor?

O camarada Samba Lamine Mané, no seu discurso do encerramento do IV Encontro Nacional de Quadros da Educação fez notar que

esta data comemora o encerramento dos trabalhos do Congresso de Cassacá «onde foram tomadas resoluções pertinentes sobre a educação e onde o valor do professorado foi altamente dignificado, pelo que desejamos exortar todos os quadros da educação para que esse dia seja um dia de meditação e de reflexão em prol da educação e do desenvolvimento do nosso país».

Consolidar o processo

(Continuação da 1.ª página)

Ainda no âmbito Nacional materializou-se a política de concórdia nacional, ou melhor, foram criadas as condições necessárias para a sua realização. O balanço foi positivo mas muito há ainda por fazer. É necessário elevar a produção agrícola, reconverter o pequeno parque industrial de modo a servir a comunidade, e reestruturar a máquina administrativa e instalar um circuito económico eficaz. O espectro da fome, da miséria, do analfabetismo, enfim, do subdesenvolvimento, continua a ser uma ameaça e um inimigo a combater.

No plano externo consolidamos as nossas relações com países vizinhos, contribuindo para a existência de um clima de paz na nossa sub-região, sempre na base do respeito pela soberania. Reforçamos os laços que nos unem aos antigos parceiros da Luta Armada de Libertação Nacional, aqueles cuja ajuda desinteressada permitiu-nos hoje fazer parte do clube das nações soberanas e independen-

tes. Mas não descuramos, pelo contrário, aproximámo-nos ainda mais de outros países, sobretudo daqueles cuja acção é determinante na política de desenvolvimento. Na pessoa do camarada Secretário-Geral do Partido e Presidente do CR, os laços que nos unem aos outros povos foram consolidados. Ainda no plano externo a nossa acção foi clara e realista. É assim que, fiéis ao não-alinhamento activo, militamos sempre ao lado dos povos oprimidos, ao lado dos povos progressistas e apoiamos todas as iniciativas tendentes a concretizar um clima de paz no mundo. Não a paz dos opressores e oprimidos, mas a paz das nações livres e independentes.

Vamos entrar em 82 com a esperança de que as nossas conquistas serão reforçadas. Realistas como sempre, iremos lutar para o melhor, esperando o pior. Se 81 foi o ano da concórdia nacional teremos que fazer de 1982 o ano da materialização prática das resoluções do I Congresso Extraordinário do PAIGC.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

REDACÇÃO: Arlette Aosta; António Tavares, Auzenda Nozoline, Baltazar Babiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Pérdigão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Abreu, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. MAQUETAGEM: Cândido Camará, FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.